

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CORA CORALINA
CURSO DE GEOGRAFIA

DANIELLE SANTOS SOUZA

ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO FERREIRINHO: processo de
constituição e permanência na terra.

GOIÁS-GO

2009

DANIELLE SANTOS SOUZA

ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO FERREIRINHO: processo de
constituição e permanência na terra.

Trabalho de conclusão de curso (TCC),
apresentado à Unidade Universitária Cora
Coralina (UnUCC), Universidade Estadual de
Goiás (UEG), para obtenção do título de
licenciatura em Geografia.

Orientador. Prof^o Msc José Braga Coelho

GOIÁS-GO

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CORA CORALINA
CURSO DE GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

No dia 02 de dezembro de 2009, na Unidade Universitária Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás-UEG, na cidade de Goiás-GO, a aluna Danielle Santos Souza apresentou e defendeu a monografia de final de curso, intitulada: Assentamento São José do Ferreirinho; processo de constituição e permanência na terra.

Banca

Prof. Msc. José Braga Coelho (Presidente).

Prof. José Novais de Jesus (Membro).

Prof. Elizabeth Maria de Fátima Borges (Membro).

Dedico a meu avô, José Tobias dos Santos, que em vida me ensinou que o campo é um bom lugar para se viver. As mais belas recordações de minha infância foram vividas nesse espaço.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me guiado na escolha do tema e por ter renovado minhas forças a cada dia.

A minha querida mãe, Maria Genoveva dos Santos, que me incentivou, dando força, carinho e apoio financeiro durante essa caminhada.

Agradeço muito meu orientador professor José Braga Coelho, pela simpatia e boa vontade em colaborar para a realização de um bom trabalho de conclusão de curso.

A todos os meus professores da Unidade Universitária Cora Coralina- Universidade Estadual de Goiás, que ajudaram em minha formação enquanto geógrafa, proporcionando conhecimentos, valores e atitudes essenciais para a realização do presente trabalho.

Aos parentes e amigos que acompanharam minha luta e colaboraram de alguma forma com essa produção.

Ao coordenador da CPT da Diocese de Goiás, Aguiel Lourenço da Fonseca Filho, que me cedeu arquivos de fotos, materiais para pesquisa e entrevista sobre o Assentamento São José do Ferreirinho.

Agradeço aos assentados do Assentamento São José do Ferrerinho, por ter me recebido bem em suas casas e locais de serviços. Também pelas informações cedidas, sem o qual a pesquisa não se realizaria.

Aos meus colegas de curso, pelo companheirismo e amizade conquistada ao longo do curso, que foi relevante para minha perseverança em dias difíceis.

RESUMO

A pesquisa consiste em fazer uma análise geográfica sobre o assentamento São José do Ferreirinho, localizado no município de Goiás, apresentando seu processo de constituição e a permanência na terra. As metodologias utilizadas foram: pesquisas bibliográficas, entrevistas com alguns assentados, entrevista com o coordenador da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Goiás, pesquisa documental na CPT, aplicação de questionários abertos com 20 famílias do assentamento, tabulação, criação de gráficos e análise dos mesmos. A formação de latifúndios ocorreu desde a chegada dos colonizadores portugueses no território brasileiro, contando com o incentivo do poder público e impedindo os camponeses de viverem em contato com o campo; perante essa situação, a Reforma Agrária aparece como a solução viável para a questão agrária, pois representa as reivindicações dos trabalhadores rurais quanto à apropriação daquilo que eles produziram. Enquanto ela não acontece, os trabalhadores do campo e desempregados na cidade se organizam em sindicatos e em movimentos sociais de camponeses para pressionarem as autoridades em busca de uma solução. Foi dessa forma que em 2005 o P. A. São José do Ferreirinho foi criado, sendo o 22º assentamento do município de Goiás, e acompanhado pela Fetaeg e CPT. A vivência dos assentados na terra conquistada é pequena, percebe-se que nem todos conseguem adquirir a subsistência em sua gleba de terra e por isso é necessário realizar atividades fora da propriedade. A pesquisa busca fazer uma análise desse e outros fatores que dizem respeito à conquista e a permanência na terra dos moradores do Assentamento São José do Ferreirinho.

PALAVRAS-CHAVE: Latifúndio, Reforma Agrária, Assentamento Rural, Sustentabilidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Mapa 1: Município de Goiás-GO, mostrando os distritos existentes e destacando o local que está situado o Assentamento Mosquito. IBGE, In. BORBA, O. F.....	43
Tabela 01: Propriedades rurais no município de Goiás	46
Tabela 02: Demonstrativo dos principais problemas dos produtos rurais no município de Goiás.....	47
Quadro 1: Relação e dados dos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO. INCRA de Goiás	50
Quadro 2: Relação beneficiário/data de homologação do P. A Dom Tomás Balduino – 2006. INCRA.....	56-57
Foto 1: 2ª Manifestação em frente a prefeitura de Goiás.....	54
Foto 2: Momento de negociação para a liberalização do pagamento da terra.....	55
Foto 3: VI Festa da Colheita realizada na antiga sede da Fazenda São José do Ferreirinho.....	58
Foto 4: Bispo da Diocese de Goiás inaugurando os tanques de leite.....	59
Gráfico 1: Fonte de renda das propriedades.....	60
Gráfico2: Fontes de renda buscada fora da propriedade.....	60
Gráfico 3: Renda mensal das famílias.....	61
Gráfico 4: Participação em associação, sindicato e movimento social.....	63
Gráfico 5: Grau de escolaridade dos entrevistados.....	63
Gráfico 6: Forma de acesso a terra.....	64

LISTA D SIGLAS

CANG-	Colônia Agrícola de Goiás
CONTAG -	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CGT -	Comando Geral dos Trabalhadores
CPT -	Comissão Pastoral de Terra
CUT -	Central Única dos Trabalhadores
DAP -	Declaração de Aptidão
EMATER-GO-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa de Pesquisa Agropecuária
FAT –	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETAEG -	Federação dos Trabalhadores da agricultura do Estado de Goiás
FICA -	Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental.
IDAGO -	Instituto de Desenvolvimento Agrária de Goiás
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNRA –	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLOENTRO -	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRODECER -	Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados.
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura RIA - Relatório Internacional de Atividade
SEBRAE-GO -	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETAS –	Secretária do Trabalho e Ação Social
STR –	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA –	Conselho Regional de Superintendência do Plano de Reforma Agrária

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF - Fundo Mundial Para a Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A OCUPAÇÃO DA TERRA NO BRASIL.....	12
1.1 A ocupação da terra em Goiás	15
1.2 Luta pela terra no Brasil e em Goiás.....	29
2 MUNICÍPIO DE GOIÁS: OCUPAÇÃO ECONOMICA E A LUTA PELA TERRA	42
2.1 Caracterização do município de Goiás.....	42
2.2 Formação fundiária.....	44
2.3 A luta camponesa no município de Goiás.....	48
3 ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO FERREIRINHO: UMA HISTÓRIA.....	52
3.1 Uma longa caminhada até a posse da terra.....	52
3.2 A difícil luta de permanência na terra.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS.....	73

ANEXO A – Entrevista realizada com os moradores do Assentamento São José do Ferreirinho, com o presidente da associação do assentamento e com o coordenador da CPT da Diocese de Goiás.

ANEXO B – Fotos do momento da realização das entrevistas e de arquivos da CPT.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho de pesquisa consiste em fazer uma análise situacional do assentamento São José do Ferreirinho, no município de Goiás, apresentando seu processo de constituição e permanência na terra. Para este último buscou-se a análise dos fatores sócio-econômicos.

A escolha desse tema para pesquisa deve-se a vários fatores, entre eles o contato que tive com o campo quando criança, uma vez que meu avô foi um camponês que, apesar de ter adquirido terra através da compra passou por algumas dificuldades semelhantes as dos camponeses assentados. Conheci também pessoas que buscaram a posse e encontraram na aquisição e vivência na terra conquistada, apesar das dificuldades a sua realização pessoal. Este representará a possibilidades de novos conhecimentos, que será por sua vez de grande relevância para a formação acadêmica e para futuras pesquisas e estudos na área de agrária. Irá também auxiliar na prática pedagógica sobre esse assunto.

O município de Goiás é um dos município com o maior número de assentamentos de Reforma Agrária do Estado de Goiás e, quem sabe, do país. Nesse sentido, a presente pesquisa se torna um material valioso, principalmente para os cidadãos vilaboenses.

A pesquisa fundamentou-se em várias obras de autores, sendo os mais referenciados: Maria do Amparo Albuquerque Aguiar, Luiz Estevam, Dimas Moraes Peixinho, José Braga Coelho e Élio Garcia Duarte, dentre outros.

O assentamento São José do Ferreirinho é o 22^a assentamento de Reforma agrária criado no município de Goiás. Esse P. A teve apoio da CPT da Diocese de Goiás e da Fetaeg e foi criado em 21/06/2005, beneficiando 67 famílias. Entretanto, a permanência na terra constitui-se uma constante luta.

Além das pesquisas bibliográficas em diversas obras a pesquisa utilizou várias metodologias. Para a criação do histórico do assentamento São José do Ferreirinho realizou-se entrevista com alguns assentados, dentre eles, o presidente, a primeira secretária e a segunda secretária da associação do assentamento e com um dos fundadores do assentamento. Também foi entrevistado o coordenador da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Goiás e pesquisa documental na CPT. A análise da sustentabilidade, por meio de fatores sócio-econômicos, contou com aplicação de questionários abertos com 20 moradores do assentamento, seguida de sua tabulação, criação de gráficos e análise do mesmo.

A concentração de terras no território brasileiro foi uma característica marcante desde a chegada dos colonizadores portugueses até os dias atuais e foi acompanhado da expropriação de muitos indivíduos que nela se encontravam. Essa situação teve o consentimento do poder público e a contribuição deste através de políticas públicas que iniciou com a implantação do sistema sesmarial no Brasil, culminando com a recente modernização da agricultura.

Perante a essa forte presença do latifúndio patrocinado pelo poder público, desenvolveu-se na classe trabalhadora uma consciência de classe e da real função da terra, que há anos vem lutando contra a concentração e o uso inadequado da terra. Com essa consciência os camponeses entram na batalha por um pedaço de chão, configurando-se uma luta longa e sofrida, sujeitos a violência. A aquisição de um lote de terra implica na luta pela permanência nesta, o que envolve a criação de formas de se garantir o sustento familiar, como a luta por infra-estrutura e políticas públicas de custeio e investimento na gleba.

No município de Goiás não foi diferente, diversos assentamentos rurais surgiram como resultado de uma luta organizada da classe camponesa. Existem ao todo vinte e dois assentamentos, sendo o assentamento São José do Ferreirinho o último a ser criado

O primeiro capítulo desse trabalho, apresenta o processo de ocupação de terra e os conflitos pela terra no Brasil e, mais especificamente, no Estado de Goiás, abordando também as políticas públicas de ocupação econômica e algumas instituições sociais atuantes no Estado de Goiás.

O segundo capítulo mostra a ocupação econômica e luta pela terra no município de Goiás, fazendo uma caracterização histórica e geográfica do município, além de relatar o processo de concentração de terras e as lutas camponesas ocorridas nesse local.

O terceiro capítulo apresenta a luta pela aquisição de uma parcela de terra pelos assentados do Projeto de Assentamento São José do Ferreirinho, além da luta pela sobrevivência na terra conquistada, através de uma análise socioeconômica do mesmo.

O acesso e a permanência na terra constitui-se uma luta empreendida por aqueles que buscam no convívio com o campo a sua realização pessoal e são também auxiliados por instituições sociais. A heterogeneidade de costumes e pensamentos dos assentados devem ser utilizados, afim de criarem relações capitalistas e sociais que envolva e beneficie a todos do assentamento.

1 A OCUPAÇÃO DA TERRA NO BRASI.

A concentração da terra no território brasileiro tem suas raízes com a chegada dos colonizadores portugueses, que se apossaram deste solo, julgando ser seu por direito de conquista. Estes expropriaram os nativos que aqui viviam e desconsideraram sua cultura, passando a interferir em seus hábitos, dominando-os através da força.

Ao se apropriarem das terras brasileiras, os portugueses ambicionavam beneficiar o comércio europeu. Para isso transformou os índios e, posteriormente, os negros africanos em mão-de-obra escrava; imprimiu-lhes a doutrina cristã; explorou e desenvolveu atividades econômicas viável para o momento histórico. “Os nativos desconheciam o cristianismo, menosprezavam o ouro e a idéia de trabalho tal como concebida pelos colonizadores”. (RAMINELLI, 1996, p. 13).

A primeira atividade econômica desenvolvida no território brasileiro foi o extrativismo do pau-brasil no litoral, que ocorreu de forma predatória. Desta árvore extraíam-se tintas e corantes, que era por sua vez bem aceita no mercado da Europa.

Sua extração era feita através da prática de escambo, no qual os índios retiravam e abasteciam as naus com o vegetal e recebiam em troca objetos desconhecidos. Com sua decadência, ou seja, com a drástica diminuição do pau-brasil, foi necessário encontrar outro produto que tivesse aceitação no mercado europeu e que assegurasse a posse do território, já que outros povos estavam interessados nas terras do Brasil. Desenvolveu-se, então, a atividade açucareira utilizando inicialmente o processo de capitânicas hereditárias para a divisão das terras e sua ocupação. Para Moreira (1990, p.16), “a economia açucareira foi o modo que a coroa portuguesa encontrou de ocupar a colônia enquanto não se descobria o ouro e a prata”. Com isso, eles garantiriam o controle da colônia e poderiam procurar as riquezas auríferas, tão desejadas pelos governos monárquicos da Europa, em função da política do metalismo.

O sistema de capitânicas hereditárias foi implantado no ano de 1532, no qual se dividia as terras em faixas horizontais que se estendiam do litoral ao limite imaginário delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, sendo sua distribuição para quem tivessem privilégios com o rei. A distribuição de terras era feita através da Lei de Sesmarias, que foi um sistema transposto de Portugal para o Brasil, tendo suas particularidades. Em Portugal as sesmarias combatiam o latifúndio, já no Brasil ela permitiu e estimulou a existência de

grandes propriedades, em razão da grandeza do território e das possibilidades comerciais da agricultura canavieira.

O sistema sesmarial sofreu também modificações quanto ao caráter da doação, que ocorreu no Brasil em caráter vitalício. Isso aconteceu, provavelmente, em função da distância dos continentes e do possível desinteresse dos europeus em relação a terra recém apropriada. De acordo com Abreu (1997, p. 206), “Não seria possível povoar uma terra tão longínqua e habitada por povos hostis, sem que se pudesse garantir aos conquistadores o direito de transferir o fruto de seus esforços a seus herdeiros”.

A coroa portuguesa incentivou a criação de latifúndios, também quando “ordenou El Rei a Tomé de Souza que só concedesse terras para a construção de engenhos de açúcar àqueles que tivessem posses bastantes para fazê-los” (ABREU, 1997, p 208). Percebe-se nesse momento a criação de uma legislação voltada para a questão da terra a favor dos indivíduos providos de bom relacionamento com a Coroa. O negro africano passa a ser, então, condição para a obtenção de terras pela lei de sesmarias, além de constituir-se como mão-de-obra escrava nos engenhos em substituição do trabalho indígena.

Com a grande propriedade monocultora instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não somente havia falta de braços para o trabalho na colônia, como também o colono português, como qualquer outro, não imigrava para os trópicos para ser um simples assalariado do campo. (GRAZIANO NETO, 1985, p. 19).

De acordo com Szamrecsányi (1990, p. 12) “a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo, foram os três componentes fundamentais da organização social do Brasil - Colônia”.

O programa de distribuição de terras por sesmarias durou até o ano da independência do Brasil, quando a Resolução de 17 de julho de 1822, pôs fim ao regime de sesmarias. A partir daí, o Brasil fica sem uma legislação específica para a questão fundiária, porque a lei de sesmarias apesar de não ser cumprida na íntegra, era a referência no plano de ocupação do território. Tal situação propiciou as ocupações das terras livres, o que gerou inclusive a extensão dos latifúndios.

Depois da abolição das sesmarias, então, a posse passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona, à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica. Era a ocupação tomando lugar das concessões do poder público. (LIMA, 2002, p. 51).

A posse propiciou e intensificou a formação de grandes propriedades, uma vez que era ausente a providência administrativa sobre a questão da terra. Para Lima (2002, p. 58), “a tendência para a grande propriedade estava já definitivamente enraizada na psicologia de nossa gente [...] qualquer sistema territorial lhe teria servido para o mesmo fim”.

Em 1850, cria-se uma nova legislação agrária, definindo o acesso à propriedade, que fica conhecida por Lei de Terras, no mesmo ano da proibição do Tráfico Negro. A Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), de acordo com Graziano da Silva (1996, p. 27 e 28), “rezava que todas as terras devolutas só podiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria aos rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa”. Por outro lado, a aquisição de terras através da compra excluiu desse acesso a maior parte da população.

É estratégica a criação da Lei de Terra no mesmo ano da proibição do tráfico de escravos, uma vez que restringia o acesso às terras (devolutas ou não) apenas às pessoas que tivessem dinheiro para comprá-las, gerando as bases de um mercado de trabalho livre, em substituição ao sistema escravocrata.

Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio pode até conviver com terras de “acesso relativamente livre” (entre aspas, porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras) Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre todas as terras têm que ser esvaziadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem ‘livre, com terras livre’, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 28).

Por outro lado, se houvesse ocupação em massa da terra pela população pobre, transformando os imigrantes e os escravos libertos em pequenos proprietários, geraria uma ameaça ao modelo fundiário concentracionista. “Assim, as leis de cessação do tráfico, a legislação sobre a imigração de colonos estrangeiros e a Lei de Terras de 1850, fazem parte de um mesmo processo”. (ALENCAR, 1993, p. 29). A Lei de Terras de 1850 cumpriu seu papel de lei de proteção dos interesses de quem a elaborou, mantendo o latifúndio e gerando condições para que os proprietários pudessem expandir suas propriedades, através da aquisição de terras do Estado.

1.1 A ocupação da terra em Goiás

Antes da descoberta de ouro em Goiás, as terras eram habitadas apenas pelos indígenas. Sua descoberta ocorreu em 1722, fruto segundo Palacin (1976, p. 16-17-18), de três razões:

Havia, em primeiro lugar, que buscar um caminho por terra para substituir a longa e difícil via fluvial para Cuiabá. [...] O momento psicológico, em segundo lugar era o mais adequado para a preparação de uma bandeira exploradora ao interior goiano. [...] O momento político, finalmente, não podia ser mais oportuno em São Paulo para qualquer expedição que viesse alargar os limites reais da Capitania, em especial mediante o descobrimento de novas minas de ouro.

De acordo com Estevam (1998), certamente o que gerou o descobrimento de ouro em Goiás tem relação com a Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais. Essa guerra levou os sobreviventes derrotados a procurarem outro lugar para viverem, o que implicou na criação de uma nova capitania no centro, separando Minas Gerais de São Paulo.

O Estado português incentivou a procura de ouro em Goiás, já que constataram que a exploração do mineral em Minas Gerais e Mato Grosso era bastante rentável e seria relevante para compensar o déficit na Balança Comercial de Portugal.

Em 1726, os bandeirantes paulistas confirmaram sua existência nas terras goianas e essa informação atraiu muitos indivíduos. Na mineração participaram pessoas possuidoras ou não de recursos e de diferentes condições. Segundo Antonil (1955, p. 185 e 186), “a mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos muitos dos quais não tem no Brasil convento nem casa”.

A época da mineração a terra tinha baixo valor comercial, sendo fraco o interesse das pessoas por ela. Para Aguiar (2003, p. 64), “a atividade mineratória representava a perspectiva de enriquecimento em prazo muito mais curto. A fixação a terra não era, assim, o maior atrativo àquela época”.

Os primeiros arraiais criados na província de Goiás surgiram entre 1725 e 1731, localizados no Centro Sul. Já na metade do século XVIII os arraiais localizados no Sul da província eram Vila Boa, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, Pilar e Crixás. Ao Norte estavam Arraias, São João da Palma, Traíras, Natividade e Cavalcante.

O número de habitantes da capitania, na segunda metade do século XVIII, eram no máximo 35.000 pessoas, incluindo os escravos. Estes representavam quase a metade da

população, com um número de 16.800 habitantes, de acordo com o censo de capitação. Esse número cresceu, sendo formado por 60.000 pessoas na década de 1780.

Os locais onde haviam ouro foram ligados, sendo Vila Boa o ponto de convergência por terra. Estes se ligavam as capitâneas de fronteira como Minas Gerais, Mato Grosso e Pernambuco, ligando também ao Rio de Janeiro e Cuiabá. Vale ressaltar que esses caminhos eram precários. Já a relação com o Pará e Maranhão ocorria através do Rio Tocantins.

O rio Tocantins desempenhou um papel de grande importância para o comércio do Norte de Goiás com o Pará. Dali recebia os nortenses grande parte dos produtos importados da Europa e para lá enviavam parte do que produziam, principalmente couro e toucinho. (AGUIAR, 2003, p. 73).

A região onde localizava as minas de ouro em Goiás pertenceu à capitania de São Paulo até 1749, passando a ter autonomia no ano de 1750. Uma de suas primeiras realizações consistiu em delimitar o território goiano, com o objetivo de proteger as minas descobertas.

Os limites foram demarcados pelos grandes rios efetivando-se o represamento político de uma enorme superfície territorial. Basicamente o espaço compreendia ao norte as bacias do Tocantins/ Araguaia e ao sul as bacias do Paranaíba/ Grande. (ESTEVAM, 1998, p. 37).

Na época da mineração desenvolve-se a atividade agropecuária, que embora não representasse grandes lucros possibilitou a subsistência dos moradores da região. Os maiores empreendimentos da área da pecuária e lavoura eram gerenciados pelos mineradores, realizado pelos escravos dos mesmos.

Um dos tipos de apropriação que caracterizou o território goiano no século XVIII foi as sesmarias, a qual concedeu terras principalmente para os indivíduos ricos e possuidores de cargos públicos. Segundo Aguiar (2003, p. 67), “a condição de proprietário de terras oferecia não só maiores possibilidades de aumento de fortuna, como também de qualificação para títulos de nobreza ou de outros da hierarquia militar”.

A concentração de sesmarias em Goiás ocorreu em Vila Boa e entorno, sendo em torno de meia légua as terras concedidas. Essa quantidade de terra sujeita a doação por sesmarias foi estabelecida a partir da correspondência régia, de 15 de março de 1771, ao governador e capitão geral.

Ordenando-lhe que sejam somente de ½ (meia) légua as sesmarias dadas nas terras em que houver Minas e nos caminhos para elas, sendo de 3 (três) léguas nos mais sertões e que se dêem sesmarias numa só das margens dos rios que precisarem de ser atravessados por barcas. (SILVA apud AGUIAR, 2003, p. 60).

Muitas sesmarias foram concedidas contendo uma área menor e maior que o padrão estabelecido.

Os 1.052 pedidos, concessões e confirmações de sesmarias, levantados e trabalhados por Silva, no período de 1726 a 1770, dão conta de que 48,4% das áreas são menores que meia légua, ou seja, menores que o padrão estabelecido para a concessão. [...] Já as sesmarias com área entre 1 e 3 léguas constituíam 21% enquanto as entre 3 e 6 léguas, 2,2%. Entretanto, em 24,8% dos documentos não há informação sobre a área. (AGUIAR, 2003, p. 60).

O processo de ocupação através da lei de sesmarias teve em Goiás pouca expressão, sendo mais comum a ocupação por apossamento. De acordo com Silva (2004, p. 33) “as medidas das sesmarias ou posses adquiridas, raramente obedeciam às previstas na legislação”. Os pedidos de sesmarias não foram em grande número, em função da falta de interesse dos proprietários em demarcar a posse e devido às dificuldades dos requerentes para bancar as despesas de medições e documentais e também a distância do Planalto Central. Tendo obtido uma concessão de sesmarias muitos indivíduos se apossavam de terras ao seu redor para ampliar sua propriedade.

A realização da agropecuária em momento de paulatina queda da atividade aurífera e época de decadência representaram uma expansão do número de estabelecimentos rurais. Com o declínio da mineração, até mesmo os governos que antes coíbiam outras atividades que não fosse à extração de ouro, voltaram suas atenções para a agropecuária. O objetivo era tornar a agropecuária uma atividade desenvolvida pelos habitantes locais e manter o controle sobre a posse da terra. Para manter o poder sobre a terra foi dada aos indivíduos facilidades para o registro de posses. De acordo com Aguiar (2003, p. 64), “foram dadas facilidades para o registro de posses, dentre as quais a dispensa de um número definido de escravos para a sua obtenção, exigência feita quando da mineração”.

Assim, a extração do ouro passou aos poucos a dar lugar a pecuária extensiva e a agricultura, que era realizada com pouca utilização de insumos e com o predomínio do trabalho familiar. Segundo Estevam (1998, p. 77), “na impossibilidade de importar, como antes, as mercadorias do litoral, o homem encontrou no boi e na agricultura familiar a sua subsistência”. A produção era destinada ao consumo interno, sendo poucos os gêneros enviados para outras regiões.

Em 1804, no Mapa da Produção de Goiás constataram algodão, açúcar, fumo, couro, café, trigo, aguardente, reses, marmeladas, porcos, arroz e feijão como produtos originários da atividade rural. Alguns deles, embora em pequena escala, eram colocados no comércio inter-regional. (ESTEVAM, 1998, p. 52).

O autor afirma que ambas as atividades estavam inseridos na unidade básica (fazenda de gado) onde o dia a dia dos fazendeiros se confundia com aqueles que trabalhavam na terra. Estes eram geralmente agregados que tinham se convertido em fornecedores de alimentos para a fazenda e ali passaram a habitar. Tanto os fazendeiros quanto seus empregados vestiam o mesmo tipo de roupas, comiam e realizavam uma rotina de trabalho homogênea.

A população goiana, basicamente passou a se localizar no campo. Saint Hilaire apud Estevam (1998, p. 54), explica que “com a população enfronhada nos campos, na primeira metade do século XIX encontraram-se ruínas de antigas povoações, casas abandonadas e igrejas ‘caindo aos pedaços’ ”.

Segundo Estevam (1998), no decorrer do século XIX ocorreu um aumento populacional em Goiás, visto que com a decadência da mineração a população goiana havia diminuído em cerca de 20,0% e, a partir de 1830, o número de habitantes aumentou continuamente em função do crescimento vegetativo e da vinda de migrantes de variadas partes do Brasil, como nortistas, baianos, cearenses, maranhenses, paraenses, piauienses, mineiros e paulistas. Esse povoamento ocorreu praticamente em razão das migrações nacionais, já que as migrações estrangeiras apesar de ter sido estimulada existiram em pequena proporção, uma vez que mesmo depois de 1890, havia somente 62 habitantes estrangeiros.

O território goiano era bem extenso e isso dificultava a comunicação entre o Norte e o Sul da província, em virtude dos precários caminhos, o que ocasionava um relacionamento apenas entre as comunidades mais próximas.

Para se ter uma idéia do distanciamento, uma correspondência da capital goiana regularmente demorava mais de um mês- ou poderia demorar até três meses- para chegar ao extremo norte da província. As rústicas vias internas de acesso eram evitadas por viajantes e mesmo por autoridades, tanto que muitos nortenses preferiam alcançar o sul de Goiás- inacreditavelmente- via Rio de Janeiro, do que ingressar pelas desconhecidas picadas no interior do próprio território. Do Rio de Janeiro a Goiás, uma tropa gastava em média oito meses. (ESTEVAM, 1998, p. 64).

O Norte da província era mais fraco politicamente que o Sul, uma vez que os políticos desse local não tinham força nas decisões mais relevantes e tinham menos benefícios governamentais. De acordo com Aguiar (2003, p. 25), “havia um fluxo de refluxo, provenientes de impostos e contribuições, para o governo central, que não retornavam ao Norte, sob a forma de obras ou quaisquer melhoramentos para a área”. Comparado ao Sul, o

Norte também possuía uma baixa densidade populacional e menor integração com os centros mais dinâmicos da economia do país.

Segundo o autor, os habitantes do Sul goiano eram de origem mineira, paulista e negra, sendo pouco o número de indígenas e mantinha relações comerciais com Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Já o Norte, era composto por nordestinos, negros e indígenas e mantinham relações com Bahia, Maranhão e Pará.

A produção do Norte era menor que a do Sul e o acesso deste ao Rio de Janeiro e Minas Gerais eram difíceis, o que levava ao encarecimento do preço das importações e exportações. Ficava distante também da sede da capitania, que se localizava em São Paulo e mesmo depois do desmembramento do território goiano a distancia com a nova sede da capitania que ficava em Vila Boa continuou sendo significativa.

A venda de terras públicas em Goiás, a partir da Lei de Terras de 1850, não teve sucesso imediato por diversas razões, tais como: 1- falta de interesse dos donos de terras em adquirir mais propriedades a alto preço; 2- falta de fiscalização das autoridades provinciais do governo central; 3- dificuldades técnicas.

As pessoas que aqui viviam dedicavam-se à lavoura de subsistência e pecuária extensiva, não se preocupando em legalizar suas terras como previa a lei. Esse processo era caro e difícil de ser realizado, sem contar que era mais viável manter a situação irregular.

De fato, aos que haviam obtidos grandes territórios através da posse não interessavam a legalização de suas terras. Mesmo que a legitimação não afetasse a integridade da extensão de suas terras, seria mais interessante manter a situação irregular, deixando sempre em aberto a possibilidade de anexação de novas terras. Contavam, para tanto, com a conivência dos funcionários encarregados da fiscalização. (ALENCAR, 1993, p. 34 e 35).

Aguiar (2003) esclarece que logo após a Lei de Terras, o governo imperial pede para que as pessoas apresentassem suas propriedades perante ele, sendo realizados para isso os Registros Paroquiais, que constitui na declaração feita pelos proprietários possuidores de terras a qualquer título sobre suas propriedades. As informações retiradas dos Registros Paroquiais são relevantes para a apresentação da ocupação do território goiano. Ela expressa que a maior concentração de terras em Goiás ocorreu no Sudeste e as menores propriedades se localizavam na área central da província.

A análise dos registros paroquiais já mostrava a maior concentração de terras no Sudeste e comprovava que as menores propriedades registradas se encontravam na área mais central, onde estava a sede do governo da Província, convivendo também com grandes propriedades. (AGUIAR, 2003, p. 138).

O fato de Goiás ser uma área de ocupação mais rarefeita, possuir terras disponíveis de baixo custo e manter pequenas relações com o mercado mundial permitiu a sua ocupação indiscriminada, mesmo após a lei de Terras.

Dada a pequena importância econômica de Goiás no cenário brasileiro, bem como de seus proprietários de terras os benefícios eventualmente advindo a partir da Lei de Terras tiveram pouca repercussão. A abundância de terras e o baixo valor comercial delas estimulavam a ocupação pura e simples. (AGUIAR, 2003, p. 130).

Ocorreu um aumento populacional no Brasil, fruto da chegada dos imigrantes que vieram para trabalhar nas lavouras de café e para as colônias do Sul. Entretanto, as terras do interior eram quase que em sua totalidade pertencentes a união (devolutas). O desenvolvimento da atividade cafeeira gerou uma maior ocupação das terras de Goiás e, conseqüentemente, um aumento populacional, fruto de variados interesses, sendo estes apontados por Aguiar (2003, p. 82):

A interiorização passou a ser a alternativa para a parcela da população que, uma vez excluída do negócio do café, por falta de condições de acesso à terra, buscou na posse, para posterior venda, uma forma de sobrevivência. O escasseamento relativo das terras mais próximas dos mercados consumidores levou os que produziam as mercadorias para abastecê-los a se interiorizarem, em busca de terras mais baratas para comprarem ou mesmo de áreas devolutas para se apossarem. Houve ainda aqueles que, percebendo a importância da terra em um contexto em que a produção agrícola era a fonte de riqueza e prosperidade, passaram a ambicionar a propriedade de imensas áreas (a qualquer título), quer para produção, para a venda ou para ambas as finalidades.

Essas pessoas se dirigiram principalmente para o Sul goiano, sendo em menor proporção as pessoas que se dirigiam para o norte. Os migrantes que foram para o Sul tinham preferências por alguns municípios. De acordo com França apud Aguiar (2003, p. 139), nesse período, “os municípios que tiveram maior incremento nos seus efetivos populacionais foram: Morrinhos (207,3%), Piracanjuba (201,6%), Currálinho (85,1%), Rio Verde (72,4%), Entre Rios (66,2%), Jataí (62,5%), e Jaraguá (53,3%).”

A aquisição de terras através da posse ocorreu mesmo após a Lei de Terras e além do século XIX, já que não havia medidas que proibissem tal prática. Segundo Silva apud Aguiar (2003, p. 139):

As evidências da propagação do sistema de posses continuaram a existir além mesmo do século XIX, não estando os governos estaduais preocupados em exercer seu poder de fiscalização e repressão aos ataques ao patrimônio público. A questão da terra, aparentemente, não despertava o interesse daqueles que deveriam zelar pelas coisas públicas.

A ocupação de terras através da posse se realizou em Goiás pelas pessoas sem condições financeiras para comprar a terra e também por indivíduos que tinham capital disponível para a compra, mas que optaram pela posse como forma de expandir suas áreas. Segundo Aguiar (2003, p. 85), “muitos destes proprietários vieram de outras províncias e aqui conseguiram enormes propriedades, notadamente no Sul e no Sudeste, próximo a Minas Gerais”.

Os registros feitos sobre as terras devolutas são pautadas em omissões sobre a verdadeira situação das terras públicas. Isso pode ter relação com o envolvimento de pessoas que estavam no poder com a questão fundiária. Para a autora os grupos que estavam no poder possuíam envolvimento direto com a questão fundiária, já que eram grandes proprietários de terras.

Na segunda metade do século XIX ocorreu uma melhoria nos caminhos e o aumento da utilização do carro de boi. O uso desse tipo de transporte ocorreu, de acordo com Aguiar (2003, p. 31), “devido à sua maior capacidade de carga no transporte de mercadorias”.

A partir de 1930, surge uma política de interiorização, chamada de “Marcha para o Oeste”, visando prolongar a fronteira econômica para os locais de menor desenvolvimento. O presidente Getúlio Vargas incentivava a migração para a região Centro-Oeste até a Amazônia, com a promessa de doação de terras. Segundo Neto (1987) em 1940 Goiás possuía 119.446 imigrantes, representando 18,0% da população do Estado. De 1940 a 1950, chegou a 282.450 habitantes, passando a 23,2% da população do Estado.

Esses imigrantes eram trabalhadores sem recursos que, pressionados pela falta de terra e pela seca, vieram para Goiás. Segundo Graham e Holanda Filho (1971) apud Estevam (1998), cerca de 48,0% originários de Estados da região Norte do país e 45,0% originários do Estado de Minas Gerais em 1940; cerca de 53,0% eram originários do Estado de Minas Gerais e 38,0% de Estados da região Nordeste, na década de 1950. Entretanto, muitos imigrantes que vieram para Goiás não foram contratados pelas Colônias Agrícolas, que por sua vez geraram o crescimento de pequenas propriedades familiares e passam a se estabelecer nos grandes latifúndios existentes no estado de Goiás.

De acordo com Neto (1987), com o aumento populacional, fruto de uma política de desenvolvimento econômico, foi preciso uma política conjunta entre o governo federal e estadual para proporcionar a região condições adequadas para o desenvolvimento do capitalismo que estava em expansão. Também de acordo com Duarte (1998), a expansão da rede ferroviária até Anápolis, a construção de Goiânia para ser a capital do estado e a ampliação da rede rodoviária, são exemplo deste trabalho.

A implantação da estrada de ferro em Goiás possibilitou a ocupação efetiva da terra e estimulou a produção agrícola. Esta ocorreu de forma mais sistematizada na segunda metade do século XX. Aguiar (2003, p. 33) afirma que “os primeiros 150 quilômetros entraram em operação em 1911 e somente em 1935 os trilhos chegaram a Anápolis”. Também sobre a estrada de ferro Estevam (1998, p. 92), diz que “somente em 1950 inaugurou-se um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia”. O autor afirma ainda que a ferrovia transformou o valor da terra, uma vez que promove sua valorização em municípios servidos ou próximos a ele. Em 1915 o alqueire de mata em Ipameri que se localizava próxima aos trilhos custava 50\$000 e com a passagem dos trilhos em o preço da terra subiu para 300\$000. Ela transformou a mentalidade, idéias e valores sociais de indivíduos inseridos no processo de urbanização.

De acordo com Aguiar (2003), a Companhia Mineira de Auto-viação Intermunicipal S.A, foi criada em 1912 visando ligar São Pedro de Uberabinha a Monte Alegre e Santa Rita da Paraíba e Goiás. É importante salientar que ambos os benefícios englobaram o Sul, Sudeste e Sudoeste, chegando até o centro de Goiás, deixando o Norte fora de tais criações.

Esses projetos foram fruto da “intensificação da ocupação, notadamente no Sul - Sudoeste, o alargamento do comércio dessa região com o Sudeste do país mais a intensa ligação com o Triângulo Mineiro”. (AGUIAR, 2003, p. 142).

Com a melhoria das condições de transportes e com as ligações ocorridas entre as áreas mais prósperas, as terras se tornaram áreas de maior interesse. Entretanto, a grande existência de posses sujeitas a venda e a grande quantidade de terras devolutas proporcionava novos apossamentos ou compra de posses, que viriam a ser posteriormente regularizadas.

Em 1942, Goiânia já havia se estabelecido enquanto cidade e a partir de seus primeiros anos foi alvo de um grande fluxo migratório, em virtude de terras férteis e matas inexploradas. Segundo Estevam (1998, p. 114-115), “suas terras foram paulatinamente sendo conhecidas tornando-se cativante opção para assentamentos dos imigrantes rurais que passaram a si movimentar pelo campo brasileiro”. A construção de Goiânia representou, na visão de Chaul (1988, p. 144) “o cumprimento de mais uma etapa da Marcha para o Oeste, dentro do processo de acumulação capitalista”.

Estevam (1998), concordando com Teixeira (1979), afirma que as terras localizadas nas abrangências de Goiânia sofreram uma grande valorização. O alqueire de terra custava Cr\$100,00 antes do projeto da nova capital, com a construção em andamento passou a custar Cr\$15.000. As terras de Goiás, a partir da década de 1930, passaram a ser cercadas com

arame farpado e gerou descontentamento e manifestações por parte dos agricultores que estavam interessados em se apossar das terras de forma informal.

O autor afirma também que Goiás possuía em 1920 um único trator, 11 cultivadores e 6 semeadeiras. Número esse que subiu, em 1940, para 113 tratores, 88 cultivadores e 192 semeadeiras.

A porcentagem de estabelecimentos rurais que utilizavam maquinários e adubos nas plantações era pequena e predominava a prática tradicional, com o uso da enxada e a prática de queimadas. Apesar do aumento da área cultivada as áreas dos estabelecimentos rurais, em 1940 eram quase todas reservadas para a pecuária.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi um projeto do governo federal, que promoveu o assentamento de colonos no planalto central, em sistema de pequenas propriedades rurais.

A CANG foi implantada em um terreno extremamente fértil, ao norte de Goiânia porém inexplorado – zona “Mato Grosso de Goiás” – onde a densidade populacional já era relativamente elevada em lugares próximos. (ESTEVAM, 1998, p. 122).

Segundo Cavalcante (2009), a CANG se localizava ao noroeste da cidade de Anápolis, onde atualmente estabelece os municípios de Rialma e Ceres. O principal objetivo desse projeto dizia respeito à ocupação do interior do Brasil e a diminuição da pressão social em zonas, onde a atividade agrícola já era destinada predominantemente à produção de café para exportação.

Ela ocupava uma área de 106.000 ha e a maioria das terras doadas media de 20 a 30 ha. Entretanto, até 1950, a maioria das posses não havia sido definida espacialmente e legalizadas com titulação.

Até meados dos anos de 1950, a produção da colônia cresceu de forma significativa e atraiu empresas de transformação de alimentos. Os pequenos proprietários da CANG passaram a sofrer com o esquema especulativo de comercialização. Segundo Estevam (1998, p. 124), “o capital mercantil forçou os colonos, destituídos de recursos para sustentação do ciclo produtivo, a subordinarem-se aos fornecedores de crédito e comerciantes”. Dessa forma muitos colonos de Ceres tiveram que negociar ou renunciar à sua posse.

Além disso, outro fator que atraiu imigrantes para o interior do Estado de Goiás foi a criação do novo Distrito Federal, que seria localizado segundo Estevam (1998, p. 127) “em território quase deserto e não integrado ao centro dinâmico nacional” necessitava de

infra-estrutura como energia elétrica e implantação e melhoramento da infra-estrutura dos meios de transportes.

Segundo Estevam (1998), até início dos anos de 1950, a malha rodoviária havia crescido de forma significativa no processo de integração do comércio e eram na maioria constituída por estradas secundárias que ligavam aos terminais ferroviários e aos municípios que surgiram em razão da construção da nova capital do Estado. Após 1955 houve um aumento das rodovias. Em 1952, existiam 103 km de rodovias federais e em 1960 subiu para 2.782 km, sendo 590 km pavimentados. As rodovias municipais e estaduais também se estenderam na época.

De acordo com o mesmo autor, uma das mais relevantes rodovias federais implantadas em Goiás em termos de possibilitar integração com o centro mais dinâmico do país e as várias áreas do território nacional foi a BR-116, atual BR-050, que integrou Brasília a São Paulo. Este último buscava aumentar o mercado interno ao passo que suas indústrias fossem crescendo, já para Goiás a ligação com São Paulo representava a possibilidade de concentração de impulsos dinâmicos no território.

A rodovia BR-153 ou Belém-Brasília gerou grandes transformações na parte norte do Estado.

Desencadeou o deslocamento sucessivo de ‘frentes pioneiras’ oriundas (ou expulsas) do centro-sul de Goiás, de Minas e até de outros Estados, onde as terras sofreram aumentos vertiginosos de preços e a penetração do capital no campo se intensificara. (BENVIDO, 1984, p. 26).

A rodovia Belém-Brasília transformou também a estrutura de produção e o comércio do Norte, uma vez que certos produtos comercializados na Bahia, Maranhão e Pará, passaram a ser escoados pelo Sul do território goiano. A rodovia trouxe, segundo Nunes (1984), novas idéias, pessoas, mercadorias e informações.

De acordo com Estevam (1998), a estrutura agrária do território goiano transformou-se no período de 1940 a 1960, tendo aumentado o número de estabelecimentos rurais, em razão da abertura de estradas, incremento na política de transportes e do povoamento de Goiás. As pequenas propriedades (0 a 100 ha) cresceram para 35.622 nesse período, sendo que as médias propriedades (100 a 1.000 ha) somavam 11.137, na década de 1950. Isso revela um aumento no número de pequenas propriedades e um decréscimo das médias e grandes. O aumento dos estabelecimentos ocorreu na maioria das vezes pela

ocupação de novas terras, uma vez que existiam muitas terras devolutas e não pelo fracionamento das grandes fazendas. Por outro lado os médios estabelecimentos aumentaram sua área.

Ainda segundo o mesmo autor existiam no norte do Estado grandes propriedades criadoras de gado e cercada de pequenas propriedades ocupadas por posseiros que plantavam produtos para sua subsistência e ao sul havia pequenas e médias propriedades, além das grandes fazendas que se dedicavam a bovinocultura.

Toscano (1973) apud Estevam (1998), afirma que o número de estabelecimentos rurais e área ocupada foi maior no sul que no norte do estado. As pequenas propriedades (0/100 ha) se localizaram mais na parte sul, segundo termos percentuais, estando presentes também alguns grandes latifúndios (1.000/10.000 ha), em 1950.

A construção de Brasília gerou uma grande migração para a localidade, principalmente do Nordeste do país, que foram atraídos para o local que em breve seria a capital do país em função da propaganda feita para atrair mão-de-obra barata e farta. Segundo Arrais (2004, p. 137) a propaganda “vendeu Brasília como eldorado em diversas regiões do país. Assim Brasília começou a atrair, principalmente, mão-de-obra do Nordeste, flagelados da seca”. Essa migração, fez surgir cidades antes da inauguração realizada por Juscelino Kubitschek.

As cidades satélites foram surgindo com a força dos migrantes, alimentados pelo sonho de uma vida melhor. Alí trabalhavam pesado na construção civil como serventes, carpinteiros, pedreiros, pintores, tratoristas etc., ganhando pouco e se alimentando mal. O surgimento de algumas dessas cidades satélites representa a luta pela moradia daqueles que de fato construíram Brasília. (ARRAIS, 2004, p. 144-145).

Goiás participa da industrialização do Brasil quando esta se voltou para a substituição de importações. Segundo Duarte (1998, p. 159):

Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional, fornecendo produtos primários, de origem agropecuária, para o mercado das regiões que se industrializavam e absorvendo produtos industrializados e o excedente populacional das regiões mais desenvolvidas.

Os militares defendiam, na década de 1960, segundo Linhares e Teixeira da Silva (1999, p. 143), que “era necessária aumentar a produtividade agrícola pela modernização tecnológica e reorganização de produção em grandes cooperativas capitalistas ou simplesmente em grandes empresas”. Foi então implantado o processo de produção capitalista no campo, chamado de “modernização da agricultura”. Kageyama (1990) define esse fenômeno como o processo de modificação da base técnica da produção agropecuária no período do pós-guerra, a partir da importação de tecnologias e fertilizantes, visando o aumento da produção.

No entanto, as modificações provocadas pela modernização, instigada pelo capitalismo numa versão globalizada, transformaram a propriedade rural em empresa e tornaram a concentração de terras ainda mais legitimada. A existência de assalariados do campo e o processo migratório em direção aos centros urbanos levaram ao aumento do trabalhador bóia-fria ou do trabalhador volante, tornando os trabalhadores do campo que restaram em assalariados. O Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964, expressa bem esse fato.

Estabelece como referencia de rearranjo espacial a ‘gradual extinção do latifúndio e do minifúndio’, de modo que na estrutura da propriedade e da produção agrária brasileira o binômio seja substituído pela empresa rural. Em outras palavras, pela grande empresa rural capitalista moderna. (MOREIRA, 1990, p. 65).

Segundo Moysés e Silva (2007), a entrada do capital moderno na agricultura substituiu a produção tradicional, importante para a economia de subsistência, como feijão, arroz, mandioca e milho por uma economia voltada para o mercado externo. Esse fato atraiu também migrantes vindos do sul do Brasil, possuidores de novos conhecimentos e capital e apoiados por incentivos governamentais.

Ainda segundo esses autores, a experiência em agricultura de exportação, os investimentos públicos e a utilização de tecnologias, gerou um esvaziamento do campo e reuniu nas cidades o excedente rural que fora expulso.

Com essas transformações o agricultor se vê obrigado a migrar para a cidade, o que provoca muitos problemas causados pela falta de estrutura destas para receber os vários cidadãos expulsos do campo.

Um resultado dessa política agrícola que favorece os grandes capitais é a concentração da terra, provocando o êxodo rural e agravando a crise urbana, com o

aumento da marginalidade, da miséria e da violência. O incrível número de subempregados e desempregados existentes nas grandes capitais é o espelho da crueldade do modelo capitalista brasileiro e sua expansão na agricultura. (GRAZIANO NETO, 1985, p. 58).

Essa modernização da agricultura ocorreu principalmente no cerrado brasileiro onde as pesquisas feitas pela EMBRAPA transformaram, a partir de 1960, a concepção de que as terras do cerrado eram impróprias para a atividade agrícola. Constataram que os solos do cerrado possuíam alta acidez e fraca composição de nutrientes e que poderiam ser solucionados com a utilização de corretivos nutricionais, de acordo com o tipo de vegetação cultivada, porém, necessitaria de grandes investimentos; o terreno por ser plano ou levemente ondulado permitia o uso de mecanização.

A idéia de que era necessário adotar tecnologias adequadas para a exploração do cerrado influenciou seu processo de ocupação, uma vez que, acreditavam que sua exploração seria viável apenas para as grandes propriedades. Dessa forma pretendiam excluir a pequena propriedade, e o motivo não era a falta de recursos financeiros, já que o capital investido nos projetos foi procedente dos subsídios do Estado e sim porque o objetivo era criar um produtor moderno, que consumisse os produtos necessários pela indústria e desenvolvesse uma agricultura voltada para o abastecimento do mercado externo. Esse produtor era, segundo Peixinho (2002, p. 205), “o produtor empresário do tipo urbano. Esse tipo ideal excluía o latifundiário do tipo atrasado e o pequeno produtor familiar”.

Segundo o mesmo autor, o POLOCENTRO foi o maior programa de ocupação dos cerrados, criado em 1975, visando atender as aspirações capitalistas. O principal objetivo do programa era incorporar 3,7 milhões de ha de terras do cerrado ao setor produtivo, no quinquênio de 1975/1979, ao qual a maioria seria reservada às lavouras, com 1.800.000 ha; 1.200.000 ha à pecuária; e 700.000 ha para o reflorestamento. As áreas escolhidas para ser ocupadas deveriam possibilitar o desenvolvimento do seu entorno e ligá-la com os centros consumidores e portos.

Contou também com créditos subsidiado e a construção de infra-estrutura pelo governo. Esse programa acabou gerando uma maior concentração fundiária. Segundo estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (1984, p. 1139), “a acentuação da concentração fundiária e a expansão das atividades agropecuárias modernas, observadas nas regiões onde o POLOCENTRO atuou, aceleram os processos de expropriação do pequeno produtor rural”.

As ações do POLOCENTRO foram criadas para beneficiar a produção para exportação. De acordo com a mesma fundação os efeitos da modernização foram mais concentrados em algumas culturas como soja, cana-de-açúcar e algodão sendo, no entanto, desfavorável para as culturas de produtos básicos como arroz, milho, feijão e mandioca.

Segundo Peixinho (2002), o cerrado incorporou aproximadamente 3,5 milhões de hectares, sendo, no entanto utilizada para pastagens. As áreas incorporadas a Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, revela a utilização de 70% para pastagens, 23% para lavoura e 7% para o reflorestamento. Porém, em Mato Grosso, lugar onde o POLOCENTRO teve menor atuação, a atividade agrícola ocupou maior área, se comparado a pecuária. Já no Estado de Goiás, assim como as outras áreas utilizou mais terras para a pastagem, empregando 70% para a pastagem e 30% para a agricultura.

Apesar de o programa ter proposto a diversificação das culturas, a soja foi predominante, utilizando 80.000 ha em 1975, ao qual subiu para 508.289 ha, em 1980.

Culturas como, milho, feijão, mandioca, não tiveram crescimento significativo, com exceção de algumas áreas pontuais. O arroz, por ser considerada uma cultura de abertura de novas áreas, teve um ligeiro crescimento nos primeiros anos da abertura de áreas novas. (PEIXINHO, 2002, p. 217).

O Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER), é um programa desenvolvido a partir de um acordo de cooperação entre o governo brasileiro e japonês, assinado em 1976, sendo administrado pela CAMPO, que é uma empresa privada e dirigida por executivos brasileiros e japoneses. Ele foi criado, segundo Pires (1996, p. 36), “como alternativa para a expansão agrícola, devido à escassez de terras no Centro-Sul brasileiro”. Os japoneses participavam financiando, elaborando e controlando a execução do projeto. O PRODECER adotou o mesmo modelo tecnológico de ocupação dos cerrados e busca utilizar novas terras pra a produção de culturas voltadas para a exportação.

Dessa forma, estavam excluídos a agricultura tradicional e o pequeno produtor familiar. O latifúndio era patrocinado por políticas favoráveis a expansão do mesmo. “Apenas os grandes proprietários tem acesso ao crédito, pelo menos naqueles programas que são mais vantajosos” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 96).

De acordo com Santos (2007), oposto a esta situação estão os trabalhadores rurais, que fazem frente reivindicando contra o grande latifúndio e o uso incorreto da terra. Só que

esta é uma luta desigual, pois o trabalhador só possui sua força de trabalho e se apóia em algumas entidades, enquanto o latifúndio possui força política, financeira, bélica e ainda manipulam a opinião pública, através da mídia.

A Reforma Agrária aparece como solução viável para a questão agrária. Ela representa as reivindicações dos trabalhadores rurais quanto à apropriação daquilo que eles produziram. Só que, enquanto ela não vem, trabalhadores do campo e desempregados na cidade se organizam em sindicatos e em movimentos sociais de camponeses para pressionarem as autoridades em busca de uma solução.

1.2 A luta pela terra no Brasil e em Goiás

A luta pelo acesso a terra no Brasil é um acontecimento bem antigo, que data da chegada dos portugueses, sendo os silvícolas os primeiros a sofrerem a dominação de suas terras. Os portugueses cometiam, segundo Ferraz (2000, p. 25) apud Barreira e Coelho (2007, p. 7), “atos de violência contra os nativos, despojados da terra, a sua única fonte de sobrevivência”. Os interesses de ambos os lados do conflito se chocaram por serem bastante opostos, uma vez que os europeus buscavam se apropriar de tudo que o Brasil pudesse oferecer. Dessa forma escravizou e dominou as terras dos nativos, que por sua vez, buscavam defender seus hábitos de vida e seu território.

Foi a partir da constituição de 1934 que o índio passou a ter direito as terras brasileiras, porém, esperam a demarcação anunciada e quando isso acontece não são respeitadas. Segundo Oliveira (1999, p. 12), “as ‘reservas’ indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas para não serem respeitadas”.

A Amazônia é o último espaço existente para a realização da vida dos indígenas, sendo restringida a áreas de reservas criadas pela pressão do Banco Mundial. A cultura desses povos nas reservas não está livre da influência externa.

Os negros africanos também sofreram a violência dos europeus nas terras brasileiras em função do desejo de lucro destes. A escravidão que foi submetida os levou a lutarem pela liberdade e isso se realizou através da criação dos quilombos. Os moradores destes eram denominados quilombolas e vivia um sistema de vida comunitário no meio da

floresta; quando os exércitos dos fazendeiros os encontravam exerciam a violência contra eles e os levavam novamente para as fazendas para realizarem o trabalho escravo.

O maior quilombo existente no Brasil foi o de Palmares, localizado em Alagoas, tendo como líder “Zumbi”, que possuía uma grande capacidade de organização. O quilombo dos Palmares lutou e resistiu aos ataques dos fazendeiros por cem anos.

Com a abolição da escravatura os negros continuaram sem acesso a grandes extensões de terras devolutas. Segundo Barreira e Coelho (2007), o ministro Ruy Barbosa, criou um projeto que visava a indenização dos negros recém libertos com terras devolutas e a criação de impostos de terras para os fazendeiros, entretanto, o projeto não se concretizou, ‘uma vez que o mesmo foi demitido pelas reivindicações da classe latifundiária. O negro hoje luta pela sua sobrevivência e, apesar de ser a maioria da população brasileira, são os brancos os maiores absorvidos pelos empregos públicos, privados e pelas universidades.

As lutas pela terra ocorridas no Brasil no período de 1888 à década de 1930 eram lideradas por um messiânico. Dessa forma o líder constituía como um elo entre Deus e o povo, fato que levou muitos autores a denominarem alguns movimentos camponeses dessa época de lutas messiânicas. Dentre elas destaca-se a guerra em Canudos e a guerra do Contestado. Foi às margens do rio Vaza Barris na Bahia que o líder Antonio Conselheiro se estabeleceu juntamente com seus seguidores, lugar que passou a ser conhecido pelo nome de Canudos. Eles viviam em regime de cooperativa. Segundo Morissawa (2001, p. 86) lá “todos tinham direito a terra e desenvolvia a agricultura familiar”. O líder desenvolvia ações de caráter político, social e religioso, conforme afirma Alzugaray apud Barreira e Coelho (2007) “O Conselheiro faz a lei, proíbe o álcool, distribui a comida, puxa rezas, jejuns e a construção da grande igreja nova”. A recusa em pagar os impostos cobrados pelo governo propiciou o primeiro conflito e levou o governo a utilizar suas tropas para destruir Canudos; estes resistiram a vários ataques, só sendo derrotados quando foi enviado para lá seis mil soldados.

Já a Guerra do Contestado ocorreu nas regiões do Paraná e Santa Catarina, no período de 1912 a 1916, tendo como participantes os camponeses e o exército. O líder era o Monge José Maria e após ser acusado de ajudar os monarquistas se dirigiu juntamente com seus seguidores para a Vila do Irani, em uma área de disputa entre Santa Catarina e Paraná. A presença deles naquele lugar levou os paranaenses a acreditarem que eles eram invasores catarinenses e isso causou o ataque a Irani, que culminou com a morte de José Maria e estendeu a guerra por mais tempo. Segundo Martins apud Barreira e Coelho (2007), “José

Maria foi morto na ocasião e com ele vários de seus seguidores [...] lutar e morrer passou a ser condição para ressuscitar, para viver. Esse foi o princípio que tornou a guerra inevitável e prolongada”. O grupo aumentou após a morte do líder, o que permitiu a realização de um grande confronto.

Em 1915, os líderes lançaram um manifesto monarquista e declararam a “guerra santa” contra os coronéis, as companhias de terras e as autoridades governamentais. Acusaram o governo de assassinar trabalhadores e entregar as terras aos estrangeiros. Atacaram fazendas e cidades e controlaram partes da ferrovia. A luta prolongou-se até dezembro, quando um contingente de 7 mil soldados do Exército, mil policiais e 300 jagunços iniciaram os ataques contra a população rebelde de 20 mil pessoas. Destas sobraram três mil ao final dos combates em que até mesmo aviões foram utilizados para localizar os redutos rebeldes. Esta foi a primeira vez que utilizou a aviação no país para fins militares. (MORISSAWA, 2001 , p. 87 e 88).

No período que se estende do governo de Getúlio Vargas até a ditadura militar, que corresponde a 1930 a 1964, ocorreram variadas lutas camponesas no Brasil, ao qual se destaca o movimento dos posseiros da rodovia Rio-Bahia, na região de Governador Valadares e Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais; o conflito de Ecoporanga, no Estado do Espírito Santo; o conflito do Sudeste e Norte do Paraná; o conflito do Sudoeste do Maranhão nos anos de 1950; o conflito denominado de “grilagem em terras fluminenses” na região de Duque de Caxias; conflitos e greves relacionadas a terra ocorridos no Estado de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 e a revolta camponesa de Trombas e Formoso, ocorrida em Goiás no mesmo período do último, ou seja, década de 1950 e 1960.

A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso foi o conflito mais marcante desse período, em nível local e nacional, ocorrendo entre grileiros e posseiros de forma violenta. Segundo Coelho (2007, p. 33) esse conflito “é fruto do processo de ocupação de terras, na intensa migração ocorrida em Goiás na década de 1940 e 1960, resultantes da estrutura fundiária que obrigava o homem do campo a constantemente se deslocar”.

Conforme Martins apud Oliveira (1999), tal revolta ocorreu em terras devolutas do município de Uruaçu, localizado no Norte do Estado de Goiás, ocupado por posseiros originários do Piauí e Maranhão após a valorização das terras em razão da construção da rodovia Transbrasiliana (Brasília-Belém).

Lembrando que como pano de fundo, no conflito de Trombas e todos conflitos pela terra no Brasil, está explícito o interesse adversos entre os detentores capital que querem a terra para obterem lucros e aqueles que querem a terra para sobrevivência familiar.

Nesse período, com a valorização das terras, um grupo de antigos fazendeiros da região, aliados ao juiz e ao dono de cartórios, alegando que a terra havia sido sesmaria (1739), descobriram supostos herdeiros, abriram inventário e adquiriram as terras por um preço insignificante. A partir daí, começou a grilagem e o conflito social deflagrou-se. (GUIMARÃES, 1988, p. 37).

No final da década de 1950 a região estava organizada na Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas; ao transformar-se em um município o líder José Porfírio se tornou Deputado Estadual, o que permitiu negociações com o governo para a manutenção da posse da terra e a existência de sindicatos

De acordo com Coelho (2007) a luta pela terra em Goiás foi influenciada por outras lutas ocorridas no Brasil, como por exemplo, a luta dos nativos, dos negros africanos e dos movimentos messiânicos. Entretanto, foi as ligas camponesas o marco das organizações dos camponeses goianos.

Conforme Duarte (1998, p. 163 e 164), “em Goiás, as ligas camponesas foram fundadas no Sul do Estado, no final dos anos 40, na proximidade do Triângulo Mineiro, acompanhando o trajeto da estrada de ferro, onde predominava a agricultura comercial”. As relações de trabalho se voltavam essencialmente para o arrendamento e parceria, sendo cobrada pelo proprietário uma porcentagem sobre a produção, por volta de 50 até 70%. As ligas camponesas lutavam principalmente para a diminuição do arrendo e o fazia apoiado no Código Civil e no artigo 138 da Constituição de Goiás, que fixava o limite de arrendamento em até 20% e, também, para por em prática a legislação trabalhista no campo, para a aquisição de benefícios governamentais, como saúde, educação, além da luta pela reforma agrária.

As ligas camponesas praticamente desapareceram em 1947, voltando a existir em muitos Estados na década de 1950; dessa forma adveio a organização camponesa em diversos municípios do Estado de Goiás, sobretudo, após o II Congresso Camponês realizado na capital do Estado, em 1952. Os trabalhadores rurais passam a considerar a luta pela posse da

terra como bandeira da reforma agrária apenas no início dos anos de 1950, quando ocorrem os conflitos no norte goiano.

Segundo Duarte (1998), no início dos anos de 1960 o governador populista Mauro Borges tinha como um dos planos de governo a reforma agrária, visando povoar as terras devolutas do norte do Estado de Goiás e construir colônias sob o comando do estado. Entretanto, buscou não contrariar a burguesia e os latifundiários e para isso reduziu sua proposta de reforma agrária à criação de colônias. Esta, segundo o Jornal O Popular (25/10/62), ocorreu baseada na perspectiva de “não haver ataque à propriedade privada... sendo cristã e democrática”.

Ocorreu também em seu governo a criação de sindicatos do trabalhador rural, do Conselho Regional de Superintendência do Plano de Reforma Agrária (Supra) e da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS). De acordo com Duarte (1998, p. 173), “com isso, os trabalhadores do campo eram mais facilmente cooptados e suas lutas eram tuteladas pelo Estado”.

Já em 1963, o número de sindicatos em Goiás era grande, fato que fez gerar inquietação aos grandes proprietários de terras.

Em muitas cidades os fazendeiros começaram a reagir contra a organização dos trabalhadores rurais. Em Piracanjuba, Nazário, Formosa, Campo Limpo, Formoso, Crixás, São Simão, os fazendeiros, armados, tentaram impedir a criação dos sindicatos, cometendo violências inclusive contra as autoridades governamentais. (DUARTE, 1998, p. 174).

Conforme o mesmo autor os trabalhadores continuavam a se organizarem e em 1963 foi criada a Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos do Estado de Goiás. Contou com a presença de 29 entidades sindicais e de representantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da Setas e da Supra. Para esta federação deveria ocorrer a luta pela aquisição de terras quando as assembléias de sindicatos e associações acharem que é possível a realizações de invasão nos latifúndios.

Os latifundiários também se uniram em sindicatos e associações patronais, em defesa de suas terras. Conforme Guimarães (1988, p. 153), defendiam o “direito da propriedade privada e ameaça de violação da democracia”.

Esses latifundiários se uniram com a burguesia em nível nacional e fortaleceram o golpe militar, o qual combateu ou interferiu nas organizações dos trabalhadores do campo. Além de sufocar as manifestações populares a ditadura militar criou condições para o crescimento da produção agrícola. Isso ocorreu através da mecanização da agricultura e do cultivo de monoculturas.

A fim de aumentar a produtividade agrícola, estimulou-se a mecanização da agricultura, com introdução de máquinas e implementos, além da utilização de adubos e defensivos químicos. Incentivou-se também a monocultura de produtos de maior interesse comercial. Esse tipo de agricultura intensiva se expandiu inicialmente pelas regiões Sudestes, Sul e, posteriormente, Centro Oeste. (DUARTE, 1998, p. 178).

Ainda de acordo com o mesmo autor, esse tipo de agricultura expulsou da terra milhares de meeiros, parceiros, arrendatários, agregados, transformando estes em trabalhadores volantes, assalariados agrícolas ou posseiros. Aos pequenos proprietários, restou-lhes a opção de tecnificar sua produção, porém subordinado ao capital financeiro, industrial e comercial, ou vender suas terras e se estabelecer em novas e maiores propriedades, suficientes para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Apesar do aumento da produção agropecuária, fruto do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, em época do “milagre econômico” a questão agrária não foi solucionada, ao contrário, ela se manifestou na luta pela terra.

Com a invasão das terras de colonos, posseiros e índios, cresceram os conflitos e as violências por parte dos grandes proprietários e empresários, principalmente nas regiões onde avançam as novas fronteiras econômicas como no norte de Goiás, oeste da Bahia, norte do Mato Grosso, sul do Pará, Maranhão, Rondônia. Passaram a fazer parte do cotidiano dos que viviam nesta região a expulsão armada das terras por milícias particulares ou forças militares, os assassinatos impunes de pequenos agricultores, líderes sindicais e indígenas, as constantes ameaças e perseguições a advogados, padres, bispos e quem quer que assumisse a sua defesa. (HABERT, 1992, P. 22).

Em 1985, no governo de José Sarney, foi criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que contou com o programa básico de reforma agrária. O plano visava assentar os trabalhadores rurais em suas regiões mediante a desapropriação por interesse social.

A idéia era assentar os trabalhadores rurais, principalmente em suas regiões, a partir da desapropriação por interesse social. Este seria realizado através do I PNRA, que determinou quatro programas: 1- Programa Básico, que estabelecia o assentamento de trabalhadores rurais por meio da desapropriação por interesse social; 2- Programas Complementares, que visavam a colonização, regularização da propriedade e tributação; 3- Programa de Apoio, voltado para o cadastramento rural, apoio jurídico e outros ; 4- Programa de Articulação Governamental, que tinha o intuito de articular os órgãos envolvidos na reforma agrária.

O I PNRA previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias até 1989, porém, o que ocorreu de fato foi a desapropriação e o assentamento de trabalhadores rurais em locais pontuais, a fim de acalmar tensões. A resposta a este acontecimento está no interesse dos grandes proprietários.

Para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriações de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e, eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários. É muito pouco provável que um regime político amplamente apoiado e dominado pelas oligarquias rurais, pelos grandes proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade (MARTINS, 1986, p. 52).

O capítulo III da Constituição Federal de 1988, denominado “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, pode ser considerada um atraso em relação a legislação anterior. De acordo com Gomes da Silva (1988, p. 15), essa constituição:

- a) recuou, lamentavelmente, afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social tanto na abrangência (art. 185), como no tocante à exigência do prévio pagamento (art. 184);
- b) não resgatou o decreto decretado pelo governo Costa e Silva (com assinaturas dos constituintes de 1987 /88 Delfim Neto e Jarbas Passarinho) de fixar o valor declarado para fins de pagamento do ITR como limite para o valor das indenizações;
- c) recuou também rebaixando de Cem para cinquenta hectares o limite do instituto do usucapião;
- d) manteve praticamente inalterado o limite para alienação ou concessão de terras públicas, já que passou apenas de três mil para 2.500 há, quando na etapa interconstitucional anterior a redução foi de 10.000 para 3.000 ha.

Segundo Duarte (1998), o Instituto de Desenvolvimento Agrária de Goiás (IDAGO) foi criado em 1962, sendo uma autarquia incumbida do domínio das terras devolutas estaduais. Na segunda metade dos anos de 1980 o IDAGO introduziu alguns

projetos de assentamento no Estado de Goiás e, no início dos anos de 1990, o órgão deixou de existir. Deste período até 1995 a questão agrária contou somente com a polícia e o judiciário.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado pelo Decreto-Lei nº1.110, de 9 de julho de 1970, e é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Suas finalidades principais estão ligadas às atividades de cadastramento e tributação dos imóveis rurais, de discriminação e arrecadação das terras públicas federais; de regularização das ocupações legítima e distribuição de terras devolutas, de desapropriação de terras visando a reforma agrária, mediante a distribuição e redistribuição das terras incorporadas ao seu patrimônio, e de promoção do desenvolvimento rural. (DUARTE, 1998, p. 202).

Segundo o mesmo autor, o trabalho de realização de reforma agrária do INCRA se realiza com grandes dificuldades, em razão da resistência das oligarquias rurais em manterem a estrutura fundiária vigente, além da falta de recursos para a execução das tarefas e o pouco envolvimento políticos dos governos com relação à reforma agrária. Este órgão se encontra atualmente subordinado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária e se volta para a política de assentamentos rurais.

Ainda segundo o autor, outro órgão de grande atuação no meio rural foi a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO), que apoiava camponeses em sua luta pela sobrevivência após a aquisição da terra. Seus técnicos elaboram pequenos projetos e prestam assistência aos assentados, objetivando a realização do que foi planejado. Apesar de a EMATER possuir precárias condições de funcionamento, como o pequeno número de funcionários, não realizando orientações adequadas para a pequena produção familiar, não possuindo tecnologias alternativas voltadas para uma agricultura sustentável e não realizando sua tarefa de fiscalizar os recursos aplicados em quase 242 municípios goianos, é dela que parte as orientações e assistências técnicas da maioria dos pequenos agricultores de Goiás. Ainda segundo o autor, este trabalho tem sido muito importante para os assentamentos de reforma agrária, visto que tem colaborado pra seu bom êxito.

Segundo Duarte (1998) a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado de Goiás (FETAEG) se estrutura em seis secretarias: Secretaria de Providencia; Secretaria de

Finanças e Administração; Secretaria de Formação e política Sindical; Secretaria de Políticas Salariais; Secretaria da Agricultura Familiar; e Secretaria de Política Agrária.

De acordo com o autor, ela possui atualmente três principais bandeiras: 1- de Reforma Agrária, que realiza ações concretas para se executar a mesma; 2- da Agricultura familiar, que trabalha a questão dos créditos para as pessoas que desenvolvem uma agricultura familiar, incluindo os assentados e os agricultores mais tradicionais; 3- da bandeira dos assalariados rurais que se desenvolve através da Secretaria de Políticas salariais. A FETAEG vem trabalhando para que os sindicatos adotem estas bandeiras. Contudo, ainda existem vários sindicatos não preocupados em executar esta luta, sendo a favor do retorno ao campo por parte dos trabalhadores que vivem nas cidades em condições de marginalização. Para isso ela tem contado com sindicatos de trabalhadores urbanos e com as comunidades de base das paróquias.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é, segundo Grzybowski (1991, p. 22), “o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra”. Apesar de existir no Estado de Goiás desde 1986, sua atuação é pequena se confrontado com as atividades realizadas nos estados do Sul e Sudeste, conforme depoimento do trabalhador rural, Maurício de Oliveira (informação verbal)¹

Nós não conseguimos desenvolver o Movimento dos Sem Terras de acordo com a necessidade ou de acordo com que se tivesse uma força política capaz de enfrentar as forças contrárias à reforma agrária. Então, nós ainda estamos numa situação um pouco atrasada, em relação aos outros estados.

Existe em Goiás, segundo Duarte (1998), um trabalho de massa feito através de recrutamentos de trabalhadores sem terra visando a ocupação de propriedades improdutivas, que é realizado de forma aleatória. O MST se organiza em quatro setores: 1- setor de Frente de Massa, que cuida dos acampamentos; 2- setor de Formação, responsável pela formação dos militantes e das massas; 3- setor de Finanças, que busca recursos para o movimento; 4- setor de Assentamentos, que se encarrega da organização do mesmo, após a desapropriação do terreno.

O MST tem acompanhado as atividades de ocupar e organizar acampamentos, porém, deixa de atuar após a conquista da terra. Isso leva os assentados a pedirem apoio a

¹ Entrevista realizada no dia 07 de maio de 1996, em sua residência.

outras instituições como a Igreja, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Entretanto, o relacionamento do MST com outras entidades mediadoras na luta pela terra é conflituoso, principalmente com a Fetaeg. De acordo com o Coordenador do MST em Goiás, Maurício de Oliveira (35), “nós somos um Movimento do Sem Terra e esse Movimento tem um nível de compreensão. Já as outras organizações têm outro nível de compreensão”.

Depois dos massacres ocorridos em Corumbiara (1995), em Eldorado dos Carajás (1996) e após a “Marcha pela Reforma Agrária”, também em 1996, onde o MST em Goiás fez uma grande mobilização, este passou a ter mais credibilidade e a aumentar a organização de ocupações de terras improdutivas no estado.

Os sem-terra lutam contra a exclusão do acesso á terra, exigindo do Estado o acesso à propriedade da terra e condições adequadas de sobrevivência. Sobre a atuação do MST, Grzybowski (1991, p. 24) afirma: “criam situações de fato, obrigando o Estado a intervir, através de juízes, policiais, INCRA, políticos [...] A preção destes é feita, sobretudo, através de suas organizações”.

De acordo com Duarte (1998), os trabalhadores rurais são institucionalmente representados por Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), que se congregam nos Estados, formando as federações. Estes se unem à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que é por sua vez uma instância significativa quanto ao trabalho de mediação e representação dos trabalhadores rurais. Segundo Grzybowski (1991), a Reforma Agrária proposta pela CONTAG é uma execução do atual Estatuto da Terra. Ela se volta para a reforma Agrária, valorização da agricultura familiar, emprego e políticas sociais para o campo.

Segundo o mesmo autor a reforma agrária idealizada pela CONTAG é um trabalho direcionado para a aquisição de terras agricultáveis, mudanças na legislação em prol da agilidade nas desapropriações de terras, introdução de projetos que levem os assentados a assegurarem sua autonomia e desenvolvimento e o fim da violência no campo.

Ainda segundo Duarte (1998), o desenvolvimento da agricultura familiar tem sido feito junto ao governo, com o objetivo de favorecer os pequenos produtores. O aumento das vagas de emprego na área rural, tem se realizado através do emprego de recursos do FAT

(Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do apoio à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar, além da luta pela assinatura da carteira de trabalho no campo. A CONTAG vem agindo também em favor da aplicação de políticas sociais no campo, reivindicando a assistência social aos proveitos da previdência social e dedicação à educação e à saúde.

De acordo com Duarte (1998), a CPT de Goiás atua principalmente no processo de luta pela terra, na luta dos assalariados rurais, na formação bíblico-pastoral e sindical, além da assessoria à produção familiar. Organiza também a Romaria da Terra, participa junto a outras instituições da organização das Marchas de Trabalhadores Rurais e do Grito da Terra. Ela tem agido junto com STRs, FETAEG e com o MST.

As ações desenvolvidas são no sentido de dar suporte jurídico aos acampados ou ocupantes, no encaminhamento de processos desapropriatórios de terras ou nas ações de reintegração de posse movidas pelos proprietários contra os ocupantes. (DUARTE, 1998, p. 274).

Ela também auxilia os trabalhadores sem terra nas reuniões e nas negociações com órgãos governamentais. A CPT apóia a luta desenvolvida pelos trabalhadores.

A CPT entende que a luta pela Reforma Agrária é uma forma de forçar o governo a repensar a política agrária e agrícola, buscando uma resposta à situação de penúria que os trabalhadores e trabalhadoras rurais estão vivendo. Claro que essa luta não pode ser feita com discursos, mas no enfrentamento organizado pelos próprios trabalhadores. Cabe à CPT e à igreja como um todo ser, sobretudo, apóio e presença solidária juntos às organizações. Seja nos acampamentos, assentamentos, associações e nos STRs. Não para fazer discursos, mas junto aos trabalhadores (as) buscar caminhos para resolver seus problemas. (ALMEIDA, 1995, p. 10).

A CPT busca acompanhar, conforme Duarte (1998), os assalariados rurais que não tem apoio e traz para a luta os assalariados temporários. Ela também estimula o trabalho comunitário de jovens e mulheres visando o aumento da renda familiar. Ela assessora a produção familiar de pequenos produtores buscando melhorar a produção e a comercialização de seus produtos.

É um trabalho que busca tecnologias alternativas para este tipo de produção; orienta na captação de recursos públicos e créditos agrícolas através de recursos governamentais nos níveis municipal, estadual e federal; e também busca recursos de instituições assistenciais, inclusive no exterior. (DUARTE, 1998, p. 277).

Segundo o mesmo autor, a CPT desenvolve um trabalho educativo realizado na Escola Família Agrícola, no município de Goiás-GO, onde os alunos freqüentam as aulas por duas semanas, depois voltam para os assentamentos para colocarem em prática as experiências desenvolvidas na escola, em um processo de alternância. Além de realizar nos acampamentos e assentamentos a formação bíblica, através de Jornadas e Escolas Bíblicas, que consideram as diversidades culturais.

A igreja católica também faz um trabalho de conscientização e organização dos trabalhadores rurais, denominadas “serviço”, que por sua vez é um exercício voltado para a política, a educação e organização, agregada à religião. Desenvolvem também uma determinada visão de mundo, além de estimular a participação popular.

Mas o chamado “serviço” da igreja é mais do que um serviço, é uma atividade político-educativa e organizativa, associada à religião. Há uma opção pelas bases e um esforço de “executar o clamor do povo”. Mas há, também, um consistente trabalho no sentido de desenvolver determinada visão de mundo, com uma ética correspondente, e com estímulos a formas “autênticas” de organização e participação popular. (GRZYBOWSKI, 1991, p. 68).

A Diocese de Goiás possui atuação destacada em prol dos sem terras. De acordo com Duarte (1998), ela atua como mediadora na luta pela terra, sendo, conforme Frei Marcos dividida em quatro regiões: 1- Região do Rio Vermelho, que inclui os municípios de Itapirapuã, Fazenda Nova, Jussara, Santa Fé de Goiás, Britânia e Novo Brasil, sendo uma área em que ocorreram os primeiros problemas de terra e possui grandes latifúndios; 2- Região Serra Dourada, que abrange os municípios de Mossâmedes, Sanclerlândia, Goiás e Buriti de Goiás, e possui médios e grandes proprietários e algumas oligarquias tradicionais; 3- Região do Uru, que inclui Heitoráí, Itaguarí, Itapuranga, Itaberaí e Taquaral, em alguns desses municípios existem grandes propriedades com culturas comerciais; 4- Região do São Patrício, que composta pelos municípios de Uruana, Itaguaru, Carmo do Rio Verde, Ceres e Nova Glória e apesar da redução dos números de pequenas propriedades e de sua concentração nas mãos de poucos proprietários ainda é grande o número de pequenas propriedades.

O autor afirma também que ela ampara tanto os desempregados ou subempregados quanto os assalariados da cidade e do campo, visando a organização destes em associações ou sindicatos. Atua na organização dos trabalhadores sem terra em prol das ocupações de propriedades improdutivas e terras devolutas e gera condições para que o trabalhador permaneça na terra. “O apoio da Diocese aos pequenos proprietários se concentra

na luta por políticas agrícolas que proporcionem condições para sua permanência na terra”. (DUARTE, 1998, p. 237).

De acordo com Brasil (2008, p. 5), a Reforma Agrária consiste em um “conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra e o seu acesso a trabalhadores rurais, mediante modificações no regime de sua posse e uso”. O público da Reforma agrária é constituído pelos posseiros, quilombolas, agricultores em terras indígenas, extrativistas, pequenos agricultores atingidos por barragens, assentados, e os trabalhadores rurais sem terra. A Reforma Agrária é uma política atual, quando comparado com a formação de grandes propriedades e da luta pela terra, uma vez que foi apenas na década de 1950 que ela passou à qualidade de serviço social a ser oferecido pelo Estado. Ela representa para os municípios onde são criados os assentamentos, dinamização do mercado regional e local, aumento do número de produtores e também de consumidores, ampliação da arrecadação do município, fortalecimento do setor terciário no município, e ampliação da oferta de produtos agropecuários.

Entretanto, ainda segundo o mesmo autor, existem requisitos para se tornar um assentado: é necessário que a pessoa seja brasileiro nato ou naturalizado, possua renda mensal igual ou inferior a três salários mínimos, seja maior de idade ou emancipado e possua experiência em atividades agrícolas; não podem fazer parte desse grupo os ex-beneficiários de projetos de assentamento público, aposentado por invalidez, pessoas que façam parte da sociedade industrial ou comercial, servidor público, dono de imóvel rural com mais de um módulo fiscal, e pessoa que tenha antecedente criminal com sentença transitada em julgado e pena pendente de cumprimento ou não.

O acesso a terras pelas pessoas nas condições estabelecidas, é um direito do cidadão, que deve lutar para ter seu direito resguardado. No próximo capítulo será apresentado o município de Goiás-GO, com destaque para sua formação fundiária, bem como a luta de camponeses para ter o acesso à terra no município.

2 MUNICÍPIO DE GOIÁS: OCUPAÇÃO ECONÔMICA E A LUTA PELA TERRA

Bartolomeu Bueno da Silva, chamado também de Anhanguera, foi o primeiro a organizar uma bandeira com a intenção de se fixar no território goiano. A expedição traria aos organizadores, vantagens nas minas que encontrassem e os principais cargos políticos do local, porém, os gastos seriam pagos por eles. Ela contou com um grande número, sendo segundo Moraes e Palacín (2008, p. 21) “mais ou menos 150 os membros da bandeira, mas o número total, incluindo os escravos, índios e alguns pretos, chegava quase a 500”. Para esses autores, as relações entre os índios e os mineiros durante a época da mineração era bastante conflituosa exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio.

A região do rio Vermelho foi a primeira a ser ocupada no Estado de Goiás quando Bartolomeu Bueno da Silva Filho fundou, em 1726, o arraial de Sant’Ana. Em 1739 o arraial elevou-se a vila, passando então a se chamar Vila Boa de Goiás.

O trabalho nas minas era duro e realizado pelos escravos importados da África. Segundo Moraes e Palacín (2008, p. 55);

A vida do escravo nas minas era extraordinariamente dura. Em primeiro lugar, todos os males do garimpo: esgotamento, má alimentação (quase que exclusivamente milho) e graves doenças (reumatismo, pelo contato contínuo com água, doenças da coluna e dos rins, pelo trabalho curvado com o sol nas costas, enfermidades venéreas, verminoses etc). Acrescenta-se a isso os males da falta de liberdade: arbitrariedades, castigos.

Com a decadência da mineração a pecuária passou a ser a principal atividade econômica de Goiás. Segundo Campos (2003), o fato de Goiás se localizar no interior do país, distantes dos mercados consumidores e por ser carente de estradas, fazia da criação de gado, talvez a única alternativa; já a agricultura se limitava a poucos produtos e destinados ao consumo da população estadual.

2.1 Caracterização do Município de Goiás

Conforme Oliveira (2008), a atual área do município de Goiás corresponde a 3.108 km^2 e está localizado entre as coordenadas geográficas: 15° 32' 04"/16° 52' 5" S e 49° 47' 43"/50° 39' 32" W. Possui altitude média de 486 m e está a 132 km da capital do Estado de Goiás.

Segundo Lima (2003), o município de Goiás antes do processo de emancipação de seus doze distritos (Araguapaz, Aruanã, Britânia, Diorama, Faina, Heitorai, Itapirapuã, Jussara, Matrinchá, Montes Claros de Goiás, Mozarlândia e Santa Fé), possuía uma área de 25.757 km^2 . As últimas emancipações ocorreram em 1988 e, desde então, a configuração espacial do município continua a mesma, continuando com seis distritos em seu meio rural, que são: Água de São João, Buenolândia, Colônia de Uvá, Davinópolis, Laginha e Calcilândia. O município de Goiás, conforme mostra o Mapa 1, faz fronteira com dez municípios: Buriti de Goiás, Faina, Guaraita, Heitorai, Itaberaí, Itapirapuã, Itapuranga, Matrinchá, Mossâmedes e Novo Brasil.



MAPA 1: Município de Goiás-GO, mostrando os distritos existentes e destacando o local que está situado o Assentamento Mosquito.

FONTE: IBGE, In. BORBA, O. F. 1998

ADAPTAÇÃO: LIMA, José A. E. - 2002

A sede do município é a cidade de Goiás e expressa em suas edificações, pinturas e esculturas a cultura medieval portuguesa caracterizada por diversos estilos de artes culturais, dentre elas o estilo barroco. A existência desses monumentos proporcionou a Goiás o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, pela UNESCO.

A cidade de Goiás recebe diariamente vários turista que se encantam com a paisagem histórica das igrejas, museus, palácio, Chafariz de Cauda, Cruz do Anhanguera, casarões, etc. O calçamento das ruas foi construído com rochas denominas gnaisses.

Suas ruas são curvas, apresentando um sistema peculiar de calçamento. Quatorze apresentam-se calçadas com pedras irregulares e de grandes proporções, com inclinações para o centro, formando escoadouro para as águas pluviais. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958, p. 201).

Após uma visita a cidade de Goiás, entre 1816 e 1822, o botânico Francês, Angustin François de Saint-Hilaire, descreveu detalhes sobre aspectos físicos e sociais da cidade. A casa da poetisa Cora Coralina se localiza a beira da ponte sobre o rio Vermelho, próximo também da Cruz do Anhanguera. Sua casa funciona hoje como museu, ao qual expõe seus objetos e moveis, sendo muito visitada e utilizada para a realização de cursos no Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), sediado em Goiás.

No centro histórico as fiações elétricas são subterrâneas e a iluminação se assemelha aos lampiões dos tempos coloniais e proporciona às pessoas reviver o passado.

2.2 Formação Fundiária

De acordo com Coelho (2007), o processo de formação das grandes propriedades no município de Goiás se iniciou com a doação de sesmarias e, depois, através de grandes posses em terras devolutas. Além da posse da terra, esses cidadãos detinham também o poder político.

Na época da mineração, o interesse maior era pelas terras que margeavam os rios, em virtude de tal atividade e, por isso, não necessitavam de grandes extensões de terras, sendo a maior parte das sesmarias distribuídas em Goiás em tamanhos não muito grandes. Segundo

Aguiar (2003, p. 60) “A concentração de sesmarias verificou-se na área mais central do território, com ocupação em torno do padrão de meia légua, sendo que a maior frequência constatada esta na própria Vila Boa e arredor”.

Já Coelho (2007) afirma que a decadência da mineração gerou a falta de interesse em pedir e em ceder sesmarias, uma vez que a atividade agropecuária necessitava de maiores áreas, maior tempo e representava menor lucro. As exigências das sesmarias também contribuiu para esta realidade, pois o principal fator era a medição das terras e este só podia ser feito por um profissional raro na época, o agrimensor. Aguiar (2003) afirma que no período de 1726 a 1770, mesmo com 1.052 pedidos, existia na Capitania dos Goyazes apenas 12 sesmarias.

De acordo com Oliveira (2008), as terras distantes das áreas ribeirinhas que até, então, não haviam sido ocupadas, passou a ser alvo de interesse, uma vez que a atividade agropecuária necessitava de maiores terras.

Segundo Aguiar (2003), o fim das sesmarias no Brasil, em 1822, não mudou muita coisa em Goiás, uma vez que a aquisição de muitas propriedades já havia ocorrido através de grandes apossamentos. Até mesmo as autoridades públicas desconheciam a quantidade de terras ocupadas. Para adquirir informações sobre as terras ocupadas e devolutas, o governo imperial determinou que os possuidores de terras deveriam fazer um registro de declaração nas paróquias. O motivo da preferência pelas paróquias e não pelos órgãos públicos, se deveu, segundo a autora, ser a igreja católica, na época, uma instituição mais organizada junto a esparsa população, do que o próprio poder público. Isso devido a grande existência de paróquias na província (ao todo somava quarenta e quatro).

Ainda em 1998, prevalecia no município de Goiás um maior número de propriedades acima de 80 ha, como pode ser observado na tabela 01.

PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GOIÁS- 1998	
EXTENSÃO (HA)	Nº PROPRIEDADES
MENOS DE 20	159
20 A MENOS DE 40	98
40 A MENOS DE 60	121
60 A MENOS DE 80	127
80 A MENOS DE 100	275
IGUAL ACIMA DE 100	436
TOTAL	1.216

Tabela 01: Propriedades rurais no município de Goiás – 1998.

Fonte: INCRA – 1998

Organização: SOUZA, Danielle Santos - 2009

A tabela revela que das 1.216 propriedades existentes em 1998, 35,85% eram acima de 100 há; de 80 a 100 ha representavam 22,61% das propriedades; já as propriedades de até 80 ha somam 505, ou seja, 41,54%.

O SEBRAE-GO levantou no ano de 2000, no município de Goiás, os problemas enfrentados pelos produtores rurais no mesmo município, antes, durante e após a produção, conforme mostra a Tabela 2:

**PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PRODUTORES
RURAIS NO MUNICÍPIO DE GOIÁS-2000.**

ANTES DA PRODUÇÃO	DURANTE A PRODUÇÃO	DEPOIS DA PRODUÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Baixa qualidade do solo. ➤ Baixa qualidade genética do rebanho bovino em geral. ➤ Pastagens mal formadas. ➤ Descapitalização dos produtores. ➤ Créditos insuficientes e liberados em época inoportuna. ➤ Dificuldade de acesso ao crédito. ➤ Desconhecimento do mercado pelo produtor. ➤ Alto custo de insumos em função da aquisição individualizada. ➤ Baixo índice de organização dos produtores rurais. ➤ Carência de assistência técnica 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Baixa tecnologia aplicada. ➤ Baixo controle sanitário e fitossanitário. ➤ Uso inadequado de agrotóxico. ➤ Precariedade em termos de conservação e manejo de solos. ➤ Pastagens mal formadas e manejadas. ➤ Falta de agregação de valores à produção. ➤ Baixo aproveitamento do potencial produtivo das propriedades rurais. ➤ Baixa capacitação gerencial. ➤ Despreparo dos produtores e dirigentes. ➤ Assistência técnica insuficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sistema viário deficiente. ➤ Longa distancia do mercado consumidor com estradas mal conservadas. ➤ Baixa qualidade da produção. ➤ Baixo preço dos produtos e encargos financeiros elevados. ➤ Vendas dos produtos feitos de forma individualizada. ➤ Falta de competitividade

Tabela 2: Demonstrativo dos principais problemas dos produtos rurais no município de Goiás.

Fontes: Agencia Rural e I Fórum de Emprego e Renda do município de Goiás, CCN/SEBRAE-GO., In Diagnóstico Municipal de Goiás, Goiânia, 2000.

Organização: LIMA, José A. E. – 2003.

Percebe-se a existência de vários problemas enfrentados pelos produtores rurais, em vários momentos da atividade produtiva, uma vez que grande parte dos solos são de baixa fertilidade. Os produtores possuem dificuldade de acesso ao crédito, ou seja, falta a assistência do Estado, também a falta de preparo e a pouca organização desses produtores, dentre outros. Os produtores rurais enfrentam dificuldades como a insuficiência de assistência técnica, a pouca utilização de tecnologias e o despreparo do produtor. Após a produção eles se deparam

com a deficiência do sistema viário para transportar seus produtos, que por sua vez, não são de boa qualidade. A pouca assistência técnica também é destacada por Lima (2003, p. 101), quando essa afirma que “a falta de assistência por parte do poder público fica também evidenciado”.

2.3 A Luta Camponesa no Município de Goiás

Segundo Lima (2003), o que reforçou e determinou a permanência na região foram os diversos movimentos de fronteira e a modernização agrícola. Este propiciou o cultivo das áreas do cerrado e, como a atividade agropecuária dependia de grandes terras, a sobrevivência dos pequenos produtores ficou prejudicada.

Foi diante dessa situação que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 a transformação da forma de mediação da igreja católica, fato relevante para os trabalhadores do campo. Falando dessa mediação da Igreja Católica, Coelho (2007, p. 79 e 80) afirma:

O que os camponeses precisavam era apenas o apoio para pressão junto à classe política e da divulgação de sua luta. Assim foi no município de Goiás, quando a partir da década de 1970, segundo informações do próprio Dom Tomás, a igreja não comandava os camponeses, apenas colaborava na realização dos encontros e debates onde os próprios camponeses discutiam sua realidade e tomava suas decisões. A mediação da igreja pautava, além desse tipo de orientação, também em apoio moral e jurídico.

É importante ressaltar o papel da CPT, uma vez que a maioria dos assentamentos do município de Goiás possui vínculos com essa instituição. Ela estimula a criação de sindicatos que age em defesa dos trabalhadores rurais e incentiva os camponeses a lutar pela Reforma Agrária. De acordo com Santos (2008, p. 26), “a CPT serviu de alicerce para os próprios camponeses tomarem frente, criarem e homologarem o seu movimento”.

Surgiu também na região, a partir de 1980, o MST. Porém, esse não realizou uma efetiva participação nas organizações camponesas do município de Goiás, em função da grande atuação da CPT na Diocese de Goiás.

Apesar das grandes realizações alcançadas pela CPT da Diocese de Goiás esbarram em dificuldades, sendo de acordo com o Relatório Intermediário de Atividade

(RIA), a falta de um maior envolvimento com paróquias, além das vias de acesso ser ruins, ainda é um grande desafio. Mesmo com tais dificuldades a CPT desenvolve ações que vão além do apoio á conquista e permanência na terra, como por exemplo, a formação dos camponeses.

Na questão da formação atuamos de várias maneiras desde cursos, fóruns, promoção de visitas a experiências existentes... Trabalhamos os seguintes temas: Agroecologia, Modelos da agricultura brasileira, Resistência e cultura camponesa, Saúde através das plantas, alimentação alternativa, importância do cerrado, Desenvolvimento sustentável, Escola bíblica, Relacionamento humano entre outros. (CPT, 2005, p. 09).

O fato do município de Goiás ser um dos municípios brasileiros com o maior número de assentamentos do país indica que ali já existiu concentração de terras em poder de algumas oligarquias do município de Goiás. Foi neste contexto que surgiu o primeiro grupo de resistência dos posseiros no município de Goiás.

Na década de 1980, um grupo de trabalhadores de Goiás e Itapuranga sensibilizou-se com o sofrimento de antigos posseiros da Fazenda Estiva, pois estes sofriam constantes pressões para que abandonassem suas terras. Os dois grupos vieram para ajudá-los fazer resistência e permanecer na terra. (SANTOS, 2008, p. 22).

Esse grupo de trabalhadores contou também com o apoio da Igreja Católica sendo a atuação da Diocese e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) segundo Santos (2008, p. 23) “de suma importância para os trabalhadores que passaram a se organizar e discutir maneiras de lutar pela terra e pela Reforma Agrária”. Após a resistência na Fazenda São João do Bugre, ocorreu a ocupação da Fazenda São Sebastião do Mosquito, em maio de 1985, sendo essa desapropriada em 06 de março de 1986 e criado o assentamento em 17 de outubro de 1986. A partir dessa iniciativa têm sido criados vários outros assentamentos no município de Goiás, totalizando 22 assentamentos em uma área total de 27.411,59 ha, como pode ser observado no Quadro 1.

NOME DO ASSENTAMENTO	ÁREA (HÁ)	Nº. DE FAMÍLIAS	DATA DE CRIAÇÃO
P.A. Mosquito	1.786,2397	42	17/10/1986
P.A. São João do Bugre	454,8255	9	25/04/1988
P. A. São Felipe	674,0000	10	03/09/1991
P. A. Acaba Vida II	271,8076	03	03/09/1991
P. A Retiro	736,4457	23	03/09/1991
P. A. Rancho Grande	800,1473	21	03/09/1991
P. A. São Carlos	5.711,8198	152	06/12/1995
P. A. Lavrinha	706,7123	28	06/12/1995
P. A. Mata do Baú	1.561,0707	39	09/04/1996
P. A. Novo Horizonte	1.018,5037	22	16/05/1996
P. A. Paraíso	1.278,8022	37	14/10/1996
P. A. Buriti Queimado	1.198,1419	21	07/11/1996
P. A. União Buriti	760,6935	22	14/11/1996
P. A. Varjão	1.088,8791	16	05/03/1998
P. A. Magali	423,2522	08	05/03/1998
P. A. Holanda	1.347,0227	24	16/09/1998
P. A. Bom Sucesso	1.714,1569	30	30/05/1996
P. A. Baratinha	762,8931	16	02/10/1997
P. A. Vila Boa	793,2248	13	17/10/1997
P. A. Engenho Velho	1.122,1655	30	09/12/1997
P. A. Serra Dourada	239,3928	14	17/12/1999
P. A. Dom Tomás Bauduíno	2.961,3902	67	21/06/2005
TOTAL...(22)...	27.411,587	647

Quadro 1: Relação e dados dos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO.

Fonte: INCRA de Goiás – 2007

Org: COELHO, J. B. – 2007

Os números apresentados no quadro acima mostram a importância da Reforma Agrária, onde somente no município de Goiás 647 famílias voltaram para o campo, produzindo onde existiam apenas 22 latifúndios improdutivos.

Essa forma de obtenção de terra pelos assentados que vem acontecendo e ainda se desenvolve no município em foco, além de modificar a estrutura latifundiária, abriga cidadãos que consideram o campo um lugar ideal para se viver. Essa luta é constante, pois está presente no processo de aquisição de um pedaço de terra e no cotidiano dessas pessoas que lutam pela sobrevivência, ou seja, pela permanência na terra.

Visando conhecer o processo de constituição e a permanência na terra do P. A. São José do ferreirinho, no município de Goiás-GO, o próximo capítulo fará uma análise mais detalhada do mesmo, objetivando conhecer todo o processo de sua constituição, bem como a sua realidade atual.

3 ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO FERREIRINHO: UMA HISTÓRIA.

O assentamento São José do Ferreirinho é resultante da distribuição em Reforma Agrária da Fazenda cujo nome é o mesmo do assentamento. Os assentados vieram de diversos acampamentos, como o Pedreira, Caité, Capoeirinha, Santa Ana, Canaã, Tamburiu, Três Marias, Padre Jorge, sendo o principal desses o acampamento São José do Ferreirinho.

3.1 Uma longa caminhada até a posse da terra.

Segundo o Relatório Intermediário de Atividades da CPT da Diocese de Goiás (2001), o acampamento São José do Ferreirinho foi criado em junho de 2001 da união de outros acampamentos, formados principalmente de dissidentes do acampamento Dom Helder Câmara, ligado ao MST, localizado em Itaberaí. O acampamento foi montado no Km 44 da GO-164, a 44 km da cidade de Goiás e a 20 Km da cidade do Fâina. Célio Antônio Ferreira (informação verbal)², um dos fundadores do acampamento, diz que o grupo era composto inicialmente por 45 famílias e se localizou próximo da Fazenda São José do Ferreirinho.

Segundo Necirene Teixeira Raimundo Pereira (informação verbal)³, que é segunda secretária da associação do assentamento, quando chegaram no local foi necessário limpar o terreno para então construir as barracas. Esse momento e todo o período que estiveram na beira da estrada foi tranquilo, uma vez que não houve visita da polícia para expulsá-los daquele local e nem violência. Esse foi um dos motivos que os levou a preferir o apoio da FETAEG e da CPT, já que estas são mais pacíficas, enquanto que o MST faz muita pressão, manifestação e ocupação de terras.

As maiores dificuldades encontradas na época dos acampamentos montados à beira da Fazenda São José do Ferreirinho, segundo Vânia Felix Veríssimo (informação

² Entrevista realizada em 29 de agosto de 2009, em sua residência.

³ Entrevista realizada no dia 26 de setembro de 2009, em sua residência.

verbal)⁴, secretária da associação do assentamento dizem respeito a má qualidade da água localizada próximo ao acampamento, uma vez que esta se encontrava poluída em função da retirada de areia no local. Outro problema vivenciado foi a falta de trabalho para todos os acampados, o que os obrigava a se deslocarem para outros lugares para realizar tal atividade.

As dificuldades vivenciadas nesse período levaram muitas pessoas a desistirem da luta pela terra, ficando o acampamento com apenas quatorze famílias. Segundo Célio Antônio Ferreira (46) foi feito um trabalho de base e com isso o acampamento passou a ser composto por 54 famílias, entretanto, esse número foi novamente reduzido contando com apenas dez famílias. A partir daí eles decidiram que não iriam chamar mais ninguém e foi o que fizeram.

Conforme Jeferson Bruno da Paixão (informação verbal)⁵ presidente da associação do assentamento, os acampamentos foram montados à margem oposta da estrada que dá acesso a Fazenda São José do Ferreirinho. Depois, vieram de várias localidades outros acampamentos que se instalaram nas proximidades, num raio de 2 km. Eram os seguintes acampamentos: Pedreira, Caeté e Capoeirinha.

Segundo Aguiel Lourenço da Fonseca Filho (informação verbal)⁶ coordenador da CPT da Diocese de Goiás, a primeira vistoria feita na Fazenda São José do Ferreirinho ocorreu no ano de 2001, sendo o proprietário da fazenda a favor da venda, entretanto, foi constatado no início de 2002 que a terra era produtiva e isso impediu a negociação com o INCRA. Segundo Necirene (36) o proprietário da fazenda morava em Goiânia e visitava sua fazenda nos fins de semana.

Durante o acampamento as famílias garantiam a subsistência trabalhando como diaristas na região, além disso recebiam ajuda como da CPT da Diocese de Goiás que fornecia alimentos, roupas, calçados; também receberam ajuda do INCRA, que fornecia sextas básicas; e do Colégio Marista, de Goiânia, que além de ajudar com alimentos permaneceram no acampamento um grupo de professores e alunos por alguns dias vivenciando aquela realidade.

⁴ Entrevista feita no dia 26 de setembro de 2009, em sua residência.

⁵ Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2009, em seu local de trabalho.

⁶ Entrevista feita no dia 10 de agosto de 2009, na sede da CPT da Diocese de Goiás.

As crianças e os jovens do acampamento São José do Ferreirinho, Pedreira, Caeté e Capoeirinha estudavam na cidade de Goiás, sendo o transporte escolar cedido pela Prefeitura Municipal de Goiás, entretanto, esse meio de transporte estragava muito e atrapalhava o rendimento escolar e a rotina dos alunos.

No ano de 2003 e 2004, os acampados juntamente com outros camponeses se reuniram em frente a prefeitura de Goiás por dois dias seguidos, (Foto 1) reivindicando melhor qualidade das estradas, ônibus escolar, saúde, educação, ponte e a estrada principal do assentamento, denominado eixo. Percebe-se com isso a atuação desse grupo na luta por melhor qualidade de vida. Iam também para a porta do INCRA, com o propósito de pressioná-lo a realizar a reforma agrária nas terras desejadas.



Foto 1: 2ª Manifestação realizada em frente a Prefeitura Municipal da cidade de Goiás.
Autor: Acervo da CPT da Diocese de Goiás- abril de 2004.

As instituições sociais que auxiliaram esses camponeses na luta pelo acesso à terra foram a Fetaeg e a CPT. Eles realizaram reuniões com os acampados e os acompanhavam nas negociações e audiências no INCRA (Foto 02). Entretanto, os acampados possuíam grande liberdade de expressão e poder de decisão.



Foto 2: Momento de negociação entre camponeses, CPT, FETAEG e INCRA, para a liberalização do pagamento da terra.

Autor: Acervo da CPT da diocese de Goiás- março de 2005.

A segunda vistoria na terra ocorreu no ano de 2004 e o resultado foi positivo para a realização da Reforma Agrária na Fazenda São José do Ferreirinho. Entretanto, os acampados só foram assentados na terra conquistada em junho de 2005, depois da emissão de posse. Os assentamentos foram feitos em uma área de pastagem, ficando os acampados de São José do Ferreirinho, Pedreira, Caeté e Capoeirinha na referida fazenda. A partir daí juntaram-se a eles os acampados de Santa Ana, Canaã e Padre Jorge, que aguardaram no local por um período de aproximadamente um ano.

As famílias trabalhavam nesse período como diaristas, cujo lucro era destinado à família do trabalhador e realizavam o trabalho coletivo, ao qual plantavam lavouras comunitárias e repartiam o alimento com o grupo, além de alugar a pastagem para a pecuária. A CPT também deu assistência como alimentação, roupas e calçados aos acampados do pré-assentamento.

A distribuição das parcelas ocorreu em setembro de 2006 sendo sua divisão realizada através da escolha pelos assentados. Esta privilegiou principalmente as dez famílias do acampamento São José do Ferreirinho, uma vez que foram os pioneiros e quem mais lutou para conquistar tal área, da mesma forma seguia os outros acampamentos. Foram também contempladas algumas famílias do acampamento Três Marias e Tamburiu e duas famílias que

trabalhavam na antiga Fazenda São José do Ferreirinho, realizando a atividade agropecuária, somando um total de 67 famílias. (Quadro 2).

RELAÇÃO BENEFICIARIOS/DATA DE HOMOLOGAÇÃO DO P. A DOM TOMÁS BALDUINO NO MUNICÍPIO DE GOIÁS – 2006		
Nº	NOME DO BENEFICIÁRIO	DATA HOMOLOGAÇÃO
01	ADEONE CLEMENTE DOS SANTOS	18/08/2005
02	AILTON PINHEIRO DUARTE	18/08/2005
03	ALAIDE PEREIRA NETO	18/08/2005
04	ALTAMIRO EVANGELISTA DANTAS	18/08/2005
05	ANA LUCIA BENÍCIO	18/08/2005
06	ANA LÚCIA RIBEIROPÓVOA	18/08/2005
07	ANTONIA CLAUDINEIA SANCHO	18/08/2005
08	ANTONIO GOMES PEIXOTO	18/08/2005
09	ANTONIO ROSA NUNES	18/08/2005
10	ANUNCIADO PEREIRA DE SOUZA	18/08/2005
11	APARECIDA JUCIANE FARIA	30/08/2005
12	APARECIDA OZAIR PINHEIRO DA CRUZ	27/09/2006
13	BENEDITO FERREIRA BRAGA	27/09/2006
14	CAIO CESAR DE DE MOURA FERREIRA	18/08/2005
15	CARLOS ALBERTO CESÁRIO	30/08/2005
16	CARLOSAPARECIDO FERREIRA ARRAIAS	27/09/2006
17	CARLOS REIS MONTEIRO	18/08/2005
18	CELIO ANTONIO FERREIRA	18/08/2005
19	DEUSDETE ETERNO DE SOUZA RAMOS	18/08/2005
20	DIVINO RODA DE OLIVEIRA	30/08/2005
21	DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS	18/08/2005
22	DONOIR GONÇALVES BUENO	15/08/2006
23	DORIVAL LUCAS	18/08/2005
24	EDIMAR GARCIA LOURENÇO	18/08/2005
25	ERCILIO ALVE DAS SILVA	18/08/2005
26	EUDOQUES RIBEIRO POVOA	18/08/2005
27	FRANCILIO RODRIGUES DOS SANTOS ALMEIDA	18/08/2005
28	FRANCISCO BATISTA DE BARROS	18/08/2005
29	GASPARINA GUILHERMINA DE JESUS	18/08/2005
30	GERCINO CAMARGO DA SILVA	18/08/2005
31	IZAURA APARECIDA MAGALHÃES	18/08/2005
32	JACIVALERIANO RODRIGUES	18/08/2005
33	JADERSON DE OLIVEIRA	18/08/2005
34	JAIRES DE FARIAS OLIVEIRA	30/08/2005
35	JAIRO LUIS CESARIO	30/08/2005
36	JEFERSON BRUNO DA PAIXÃO	18/08/2005
37	JEOVA MARTINS DA COSTA	18/08/2005
38	JOSÉ GONÇALVES	18/08/2005
39	JOSÉ AVELINO DA SILVA	18/08/2005
40	JOSÉ DE SOUZA LIMA	18/08/2005
41	JOSÉ EUSTÁQUI DOS SANTOS	15/08/2006
42	JOSÉ FERREIRA DE ASSIS	30/08/2005

43	JOSÉ MIRANDA SILVA	27/09/2006
44	JOSÉPEDRO MONTEIRO	18/08/2005
45	JOSÉ FERREIRA	18/08/2005
46	LINDOVAN OMES DE MORAES	18/08/2005
47	NORIVAL NEVES NARCISO	18/08/2005
48	LUCIANA JUSTINA DE CAMPOS	18/08/2005
49	LUIZ HUMBERTO CESARIO	30/08/2005
50	MARCIA FERREIRA DA SILVA	18/08/2005
51	MARCÍO DA SILVA SANTOS	18/08/2005
52	MARIA DE LOURDES PINTO BORGES	27/09/2006
53	MARIA HELENA DA SILVA REIS	18/08/2005
54	MARIA LUCIA FERREIRA DE JESUS	18/08/2005
55	MARLI RAMOS RODRIGUES	18/08/2005
56	OSVALDO DE SOUZA LIMA	18/08/2005
57	PEDRO BERNARDO DE SOUZA	18/08/2005
58	PEDRO SILVERIO DE FARIA	18/08/2005
59	ROBERTO DE SOUSA BATISTA	15/08/2006
60	SEBASTIANA MARIA DE JESUS	18/08/2005
61	SILVANI APARECIDA DA COSTA	18/08/2005
62	SILVIA HELENA ALVES DE MORAES	18/08/2005
63	URBANO GONZAGA DE CASTRO	18/08/2005
64	VALDEMIR CONCEIÇÃO PACHECO	18/08/2005
65	VALDEMIR DE MORAIS RAMOS	18/08/2005
66	VILMAR PEREIRA DA SILVA	18/08/2005
67	VILMONDES HONORATO DA SILVA	18/08/2005

Quadro 2: Relação beneficiário/data de homologação do P. A Dom Tomás Balduino – 2006

Fonte: INCRA- 2006

Organizador: SOUZA, Danielle Santos- 2009

Os outros acampamentos concordaram com a idéia e para torná-la válida foi necessário fazer uma ata e encaminhá-la ao INCRA para provar a aceitação dos outros camponeses, conforme entrevista com Célio Antônio Ferreira (46) “fizemos uma ata e levamos pro INCRA e viu que realmente não era uma coisa forçada, que todos reconheceu nosso trabalho e viu que o mais justo era isso, todos os outros acampamentos também escolheu sua terra”.

Conforme previsto em Brasil (2008), a medição das parcelas foi paga pelos assentados, ao qual cada família teve que pagar R\$ 700,00. Esse trabalho foi pago coma renda do trabalho realizado na terra conquistada.

Uma vez assentados receberam os créditos instalação, que destina-se às necessidades básicas, como alimentação e ferramentas, além de aquisição de materiais para construir a casa, e iniciar o plantio da agricultura. Entretanto, ficaram acampados dentro das

parcelas aproximadamente oito meses. Conforme afirma o entrevistado Célio Antônio Ferreira (46);

Pegamos o crédito apoio que é R\$ 2.400 que é pra comprar ferramenta, alimentação e essas coisas. Depois a gente pegou R\$ 2.400,00 que é pra plantar roça, que é o fomento. Depois crédito instalação que é a casa, a gente pegou R\$ 5.000,00, que não dá pra fazer uma casa.

Segundo Aguiel Lourenço da Fonseca Filho (42), o Assentamento São José do Ferreirinho nasceu com o nome de Dom Tomás Bauduino, em homenagem ao bispo da Diocese de Goiás, contudo, teve seu nome mudado para São José do Ferreirinho, no ano de 2008. Isso ocorreu porque o Ministério Público Federal exige que o INCRA não permita a homenagem a assentamentos a pessoas vivas.

Na antiga sede da fazenda, é o local onde realiza-se festas, como a VI Festa da Colheita, que aconteceu no ano de 2009 (Foto 3), sendo a primeira a se realizar no espaço rural. Ali acontece também todo tipo de reunião, cursos e assistência médica para os pequenos agricultores.



Foto 3: VI Festa da Colheita realizada na antiga sede da Fazenda São José do Ferreirinho.
Autor: Acervo da CPT da Diocese de Goiás- 2009.

3.2 A difícil luta de permanência na terra.

Segundo Aguiel Loureço da Fonseca Filho (42), no ano de 2009, a Diocese de Goiás recebeu de uma entidade internacional, verba para comprar dois tanques de resfriamento de leite, que foram cedidos aos assentados do São José do Ferreirinho, a verba foi também para construir dois cômodos para abrigar os tanques (Foto 04). O leite recolhido é vendido para uma empresa de laticínios.



Foto 4: Bispo da Diocese de Goiás inaugurando os tanques de leite.
Autor: Acervo da CPT da Diocese de Goiás- 09 de maio de 2009.

Para conhecer melhor a realidade do assentamento, foram entrevistadas 20 das 67 famílias do P. A São José do Ferreirinho, o que representa uma média de 29,85% das famílias assentadas. Nas 20 famílias entrevistadas residem 69 pessoas, o que dá uma média de 3,4 pessoas por família.

A principal fonte de renda das famílias é a criação de pequenos animais, com (28,8%), seguida pela agricultura (23%), pecuária leiteira (21,15%), pecuária de corte (21,15%), horticultura (3,8%) e a produção de farinha que representa (1,9%), conforme mostra o Gráfico 1.

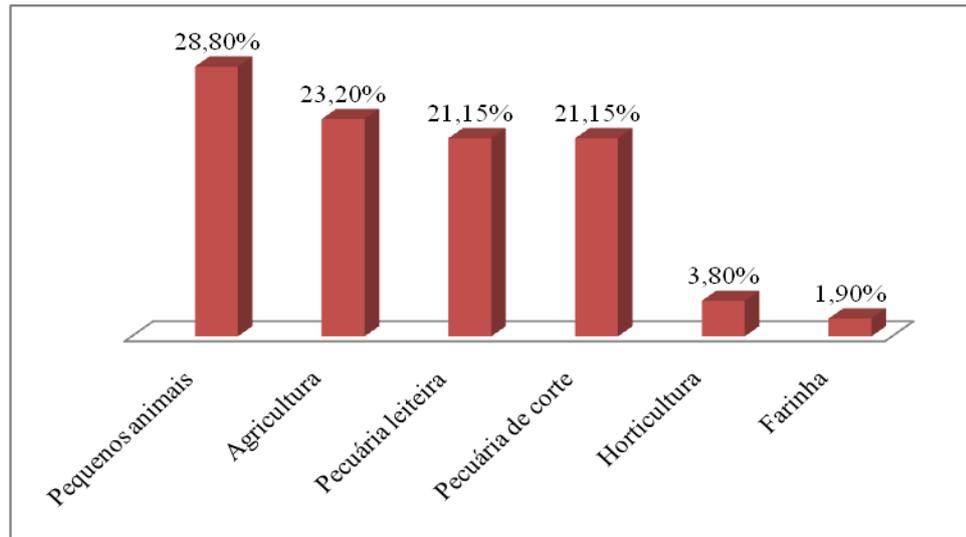


Gráfico 1: Fonte de renda das propriedades.

Fonte: Pesquisa de campo realizado em 26 de setembro de 2009.

Organizadora: SOUZA, D. S. 2009.

Constata-se, analisando o gráfico acima, que a maior renda retirada da propriedade diz respeito à pecuária, com 71,1%, ficando a atividade agrícola, na segunda colocação, representando 28,9% do total.

Dos entrevistados, 40% se sustentam com a renda de sua parcela, entretanto, 60% buscam outra fonte de renda fora da propriedade (Gráfico 2). Destaca-se a atividade de pedreiro; empreitadas; e assalariado. Dessa forma, 41,67% das pessoas realizam a atividade de pedreiro; 41,67% trabalham como empreiteiros em outras propriedades; 8,33% trabalham realizando a empreita e como assalariada na cidade; e 8,33% é assalariado.

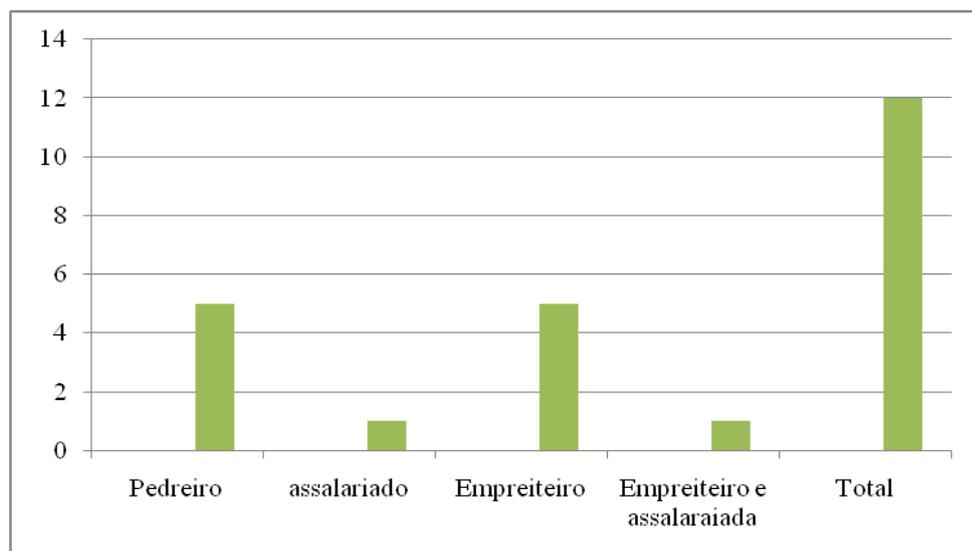


Gráfico 2: Fontes de renda buscada fora da propriedade.

Fonte: Pesquisa de campo realizada no dia 26 de setembro de 2009.

Org: SOUZA, D. S-2009.

Percebe-se que mais da metade dos assentados entrevistados buscam outra fonte de renda fora da propriedade, sendo a maior parte realizada pelos homens da família.

Das vinte famílias visitadas, 14 vivem com um renda mensal de até um salário mínimo, ou seja, 70% das famílias; cinco possuem renda mensal de um salário mínimo a um salário e meio, que corresponde a 25%; e uma família possui renda de dois salários mínimos e meio, o que corresponde a 5% do total das famílias, como mostra o Gráfico 3.

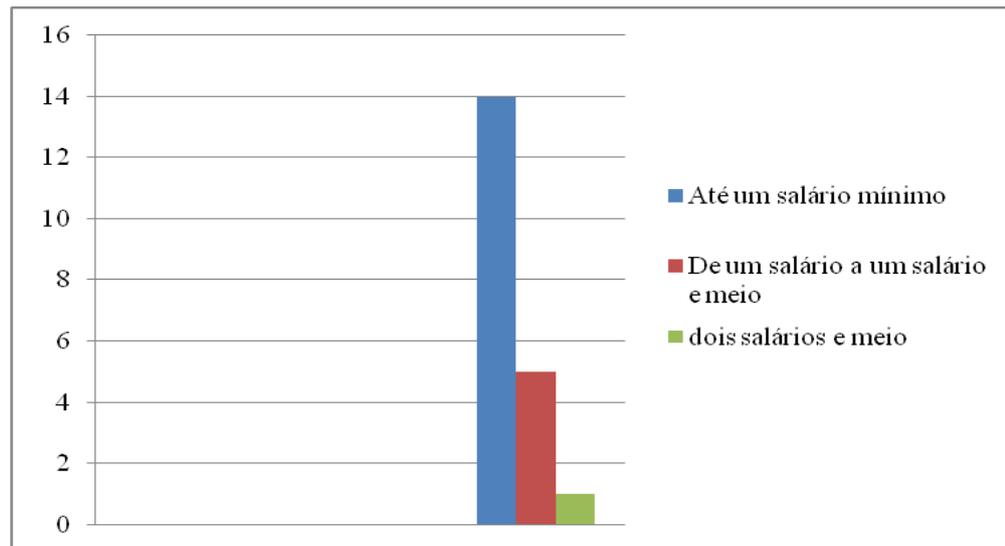


Gráfico 3: Renda mensal das famílias.

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 26 de setembro de 2009.

Org: SOUZA, Danielle Santos-2009.

Percebe-se com o gráfico que a maior parte das famílias entrevistadas sobrevivem com menos de um salário mínimo, o que corresponde a 14 das 20 famílias entrevistadas; apenas seis famílias possuem renda acima de um salário mínimo. Nesse cálculo está incluído, além da renda da propriedade, a renda adquirida fora da mesma, por meio de atividades realizada exteriormente.

O financiamento recebido pelos assentados é através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do ministério do Desenvolvimento Agrário. Entretanto, apenas sete pessoas foram contempladas até o dia da entrevista, o que representava 35%, algumas das 13 famílias restantes aguardam para os próximos dias, que representam 65%. As pessoas que acessaram esse crédito pretendem utilizá-lo para comprar gado, triturador, arame, reformar pastagens e formar lavouras de cana. Segundo Brasil (2008), o crédito PRONAF faz parte juntamente com outros créditos, de suportes dados as famílias assentadas, sendo requisito para acessar esse crédito a Declaração de Aptidão (DAP), expedida pelo INCRA.

Os financiamentos já realizados foram para comprar gado (7 pessoas); comprar triturador (3); reformar pastagens (1); construir cercas de arame (1); formação de lavoura de cana (1).

Quando indagado se o governo federal, estadual ou municipal, dá alguma assistência aos assentados, 16 famílias responderam que recebem, sendo um número de 29 benefícios, correspondendo ao crédito PRONAF do governo federal (24,13%); a bolsa família do governo federal (31,03%); transporte escolar do governo municipal (34,48%); dentista também municipal (3,44%); auxílio maternidade (3,44%) do governo federal e assistência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do governo federal (3,44%). Somente quatro pessoas disseram que não recebem nenhuma ajuda governamental

Percebe-se que a maioria das famílias entrevistadas recebem assistências governamentais, sendo atendidos principalmente pelo governo municipal no que diz respeito ao transporte escolar, seguido da bolsa família, crédito PRONAF do governo federal, e outros. Segundo Brasil (2008), o INCRA é responsável pela democratização do conhecimento no meio rural, aumentando o nível de escolarização dos assentados e isso se realiza através de convênios entre instituições de ensino e movimentos sociais; o crédito PRONAF é um dos benefícios do governo federal para o setor, que pode ser acessado pelos assentados, juntamente com outros créditos após o adquirir um lote de terra.

Quando interrogado se participa de associação, sindicato ou movimento social todos os entrevistados responderam que participam uma ou mais vezes. 50% disseram que participam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São José do Ferreirinho; 25% participa apenas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 15% integram apenas à Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São José do Ferreirinho; e 10% participam do STR, da Associação do Assentamento e da CPT, conforme mostra o Gráfico 4.

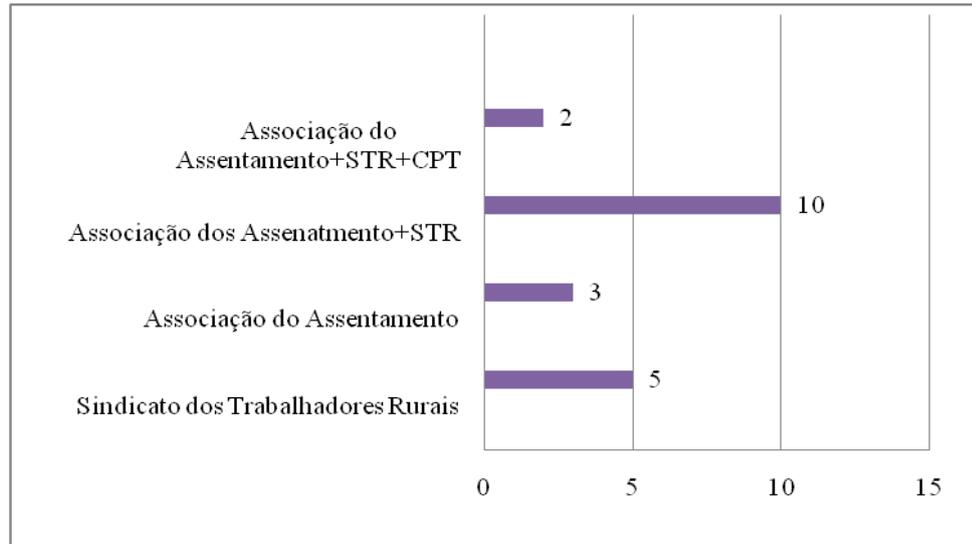


Gráfico 4: Participação em associação, sindicato e movimento social.
Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 26 de setembro de 2009.
Org: SOUZA, D. S- 2009.

A maior parte das pessoas entrevistadas participa da associação do assentamento e do STR, porém, o número de pessoas que participam da CPT é pequeno, correspondendo a duas pessoas, sendo estas integrantes também da associação do assentamento e do STR.

Com relação à escolaridade dos 20 entrevistados, 15 possuem o ensino fundamental incompleto, dois possuem o ensino fundamental completo e três tem o ensino médio completo, como demonstra o Gráfico 5.

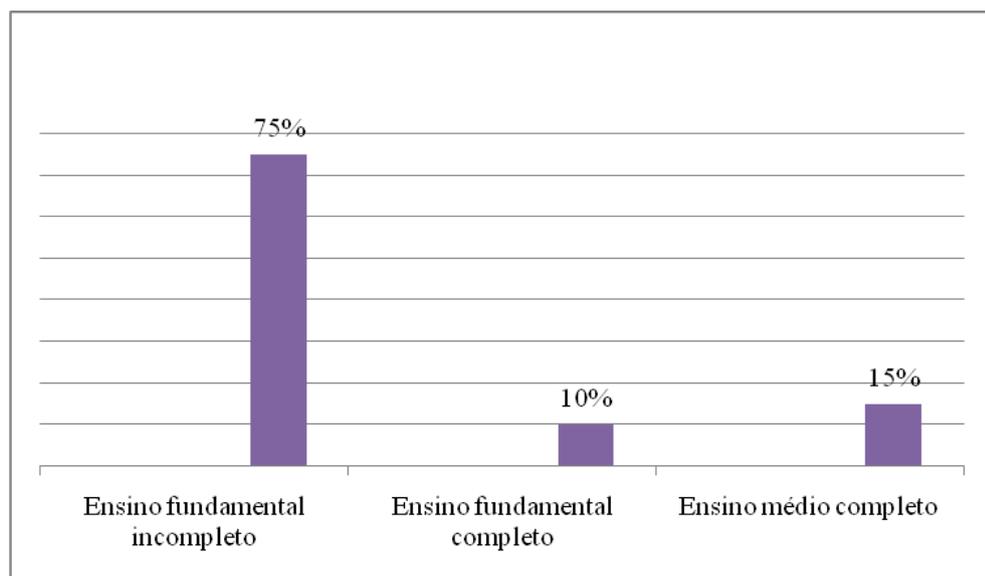


Gráfico 5: Grau de escolaridade dos entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo realizada no dia 26 de setembro de 2009.
Org: SOUZA, D. S. 2009.

O gráfico revela o baixo grau de escolaridade da maioria dos entrevistados, uma vez que 75% possuem o ensino fundamental incompleto. Somente 10% cursaram todo o ensino fundamental e apenas 15% cursaram o ensino médio.

Das 20 famílias entrevistadas, 11 possuem filhos nas escolas, sendo ao todo vinte alunos que estão distribuídos nas instituições de ensino do município de Faina (50%) e de Goiás (50%). Dos vinte alunos, 18 utilizam como meio de transporte para chegar a escola a Kombi e o ônibus escolar.

Sobre a relação dos assentados com suas parcelas, das vinte famílias entrevistadas 18 são originários do assentamento São José do Ferreirinho e duas adquiriram parcelas posteriormente, sendo uma colocada pelo INCRA depois da distribuição das parcelas, uma vez que um assentado vendeu sua gleba, mas o comprador não foi reconhecido pelo INCRA, sendo obrigado a entregá-la; o outro vive na parcela de seu falecido sogro. Dessa forma 90% dos assentados adquiriram terras através da Reforma Agrária e 10% posteriormente, nenhuma adquirida de terceiros (Gráfico 6).

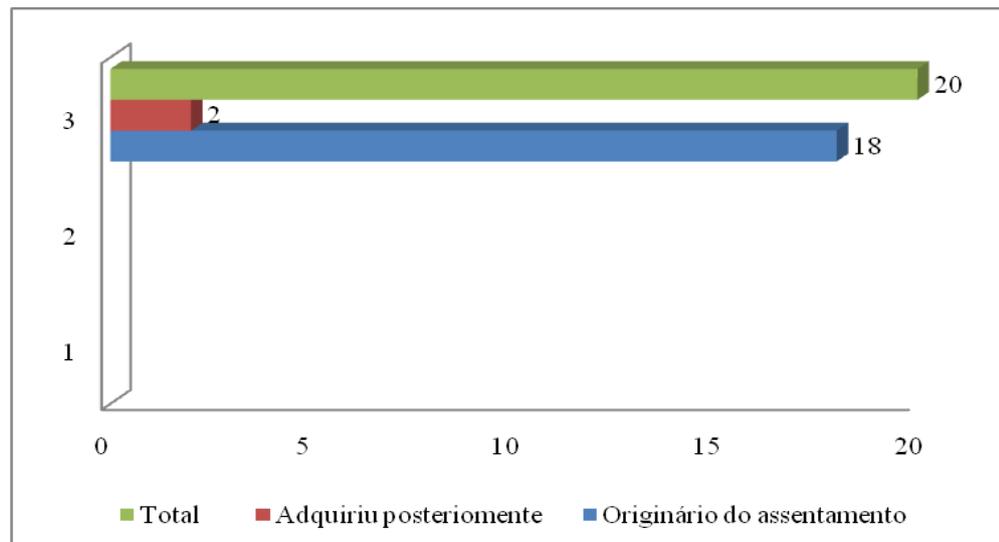


Gráfico 6: Forma de acesso a terra.

Fonte: Pesquisa de campo realizada no dia 26 de setembro de 2009.

Org: SOUZA, D. S. 2009.

O Gráfico revela que, nenhuma das parcelas de terras foram adquirida por terceiros, sendo que 18 entrevistados são originários do assentamento e dois adquiriram posteriormente, mas com o aval do INCRA, pois segundo Brasil (2004, p. 16) “é crime vender o lote ou transferi-lo a terceiros”. Quando esse fato acontece o INCRA não reconhece o direito do comprador e, após requerer judicialmente a reintegração de posse, assenta uma nova família, como ocorreu com um dos entrevistados que foi assentado posteriormente. A

pessoa que vende sua parcela de terra fica impedida de voltar a participar do programa de Reforma Agrária, de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Apesar da baixa escolaridade dos moradores do P. A. São José do Ferreirinho, isso não constitui um entrave para eles, uma vez que adquiriram conhecimentos em seu cotidiano participando de associações e sindicatos da classe, onde utilizam estratégias adequadas para atingir seus objetivos na terra, voltados para a melhor qualidade de vida. Tudo isso constitui-se em ações geográficas através de práticas de espacialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração fundiária no Brasil ocorreu desde o início da colonização, sendo apoiada pelo poder público. Quando se trata do Estado de Goiás resalta também as políticas de ocupação, como as políticas públicas de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e a modernização da agricultura dos governos militares. A modernização do campo deslocou, para as cidades as pessoas que viviam e buscavam o sustento no campo.

Oposto a esta circunstância estão os trabalhadores rurais, que lutam contra o grande latifúndio e o uso incorreto da propriedade da terra. Só que esta é uma luta desigual, pois o trabalhador possui apenas sua força de trabalho e se apóia em algumas entidades, enquanto o latifúndio possui força bélica, política, financeira e pública, e ainda manipula a opinião pública, através da mídia.

No município de Goiás essa luta criou vinte e dois projetos de assentamentos, sendo o assentamento São José do Ferreirinho, objeto de pesquisa deste trabalho, o último a ser criado. Os 67 assentados desse assentamento, tiveram apoio da CPT da Diocese de Goiás e da FETAEG, sendo que conquistaram a terra no ano de 2005 e continuam lutando para permanecerem nela. Tal luta se expressa na participação da maior parte deles, na associação do assentamento e do STR, uma vez que são formas de alcançar melhor qualidade de vida.

Nem toda família do assentamento São José do Ferreirinho consegue viver apenas com a renda retirada da propriedade e, por esse motivo, mais da metade dos assentados trabalham fora de suas terras para garantir o sustento de sua família, já a renda da maior parte dos assentados é de até um salário mínimo. Até o momento, nenhum dos assentados entrevistados adquiriu parcelas de terras de terceiros; a educação das crianças e jovens se realiza de forma satisfatória, uma vez que os alunos são levados à instituição de ensino adequada, por transporte escolar cedido pela prefeitura; todos tiveram acesso aos créditos de iniciação e alguns já receberam o crédito PRONAF, que é importante para o desenvolvimento econômico e social dos assentados.

Como foi visto a Reforma Agrária constitui-se na solução para promover a melhor distribuição da terra e o seu acesso a trabalhadores rurais, mediante modificação no regime de sua posse e uso. A Reforma Agrária é uma política atual, quando comparada com a formação de grandes propriedades e da luta pela terra, passando à qualidade de serviço social a ser oferecido pelo Estado na década de 1950.

A reforma agrária concebe aos municípios onde são criados os assentamentos, dinamização do mercado regional e local, aumento do número de produtores e de consumidores, aumento da arrecadação do município, fortalecimento do setor terciário no município, e ampliação da oferta de produtos agropecuários.

Os moradores do Assentamento São José do Ferreirinho estão assentados graças a luta realizada por eles e, permanecer na terra conquistada é um desafio que com dificuldades está sendo superado. Mesma com toda dificuldade exposta, as famílias ali assentadas estão felizes por trabalhar no que é seu e dali retirar o sustento de sua família. Com isso reúnem, politizam, festejam, e tem motivos de sobra para celebrar.

Com a consciência de que essa pesquisa não encerra o tema, apenas abre perspectivas para futuros trabalhos, espera-se que possa ser útil para os acadêmicos do curso de Geografia, onde representará mais um acervo para pesquisa, o que implica dizer que esta irá colaborar também para a formação do leitor. Para o município de Goiás e para os cidadãos vilaboenses, por ser um dos municípios com o maior número de assentamentos de Reforma Agrária do Estado de Goiás e, quem sabe, do país, implica na atenção de mais pessoas para esse fato. Para os moradores do assentamento São José do Ferreirinho, a importância será em tornar público parte de sua história e de sua realidade atual. Além de que a partir desta, terão acesso a um ponto de vista neutro da questão agrária no Brasil, bem como do histórico da luta em função da luta pela conquista e permanência na terra em busca da sobrevivência.

Dessa forma, mesmo com a certeza de ter sido a maior beneficiada com esse trabalho, devido ao acesso a novos conhecimentos, espero ter deixado um pouco de contribuição.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: CASTRO, I.E, GOMES P. C. C; CORREA, R. L. (orgs). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertran de Brasil, 1997.

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras de Goiás: Estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: Ed. UFG, 2003., Col. Estudos Brasileiro.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura fundiária em Goiás, consolidação e mudanças (1850-1910)**. Goiânia: UCG, 1993.

ALMEIDA, Antônio Pereira de. **Dimensões do trabalho da Comissão Pastoral da Terra-Regional Goiás**. Goiânia, CPT, 1995, p. 10.

ANTONIL, A. J. , **Opulência do Brasil**, Col. Estudos Brasileiros, Salvador. Liv. Progresso, 1955

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

BARREIRA, C. C. A. M; COELHO, J. B. **A luta pela terra no Brasil**. Artigo (não publicado). Goiânia, 2007.

BENVINDO, F. M., **Acumulação capitalista e urbanização em Goiás**, Diss. Mestrado, UNB, Brasília, 1984.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Goiás. **Reforma Agrária para jornalistas**. Goiânia: INCRA, 2008.

CAMPOS, F. I. , **Questão agrária: Bases sociais da política Goiana (1930-1964)**, Tese Doutorado, São Paulo, USP, 1985.

_____. **Coronelismo em Goiás**. 2 ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CAVALCANTE, Marcelo Antunes. **A concepção e a atuação dos programas da superintendência de desenvolvimento do centro-oeste – SUDECO – No território goiano (1975 – 1985)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos sócio-ambientais-IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CHAUL, N. N. F . , **A Construção de Goiânia e a transferência da capital**, Goiânia, CEGRAF/UFG, 1988.

COELHO, José Braga. **Entre a conquista e a permanência na terra: formas de luta no Assentamento Mosquito no município de Goiás- GO, 1986/2006**.149f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Sócio-Ambientais-IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

DUARTE, Élio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas em Goiás**. 450f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Planejada e Orientada por Jurandir Pires ferreira. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

ESTEVAM, Luiz. **O tempo da transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: UCG, 1998

FRANÇA, Maria S. **Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900- estudo da dinâmica da ocupação espacial**. 1975. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1975.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estudo para redefinição do programa de dissertação dos cerrados**, Belo Horizonte, 1984

GOMES DA SILVA, José. Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988: Uma avaliação crítica. In: **Reforma Agrária**. v. 18, nº2. Campinas, ABRA. Ago. /Nov. 1988. P. 15.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecológica:** Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

GRVYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (154/64).** Goiânia: Cegraf/UFG, 1988. (Col.Teses Universitárias;47).

HABERT, Nodine. **A década de 70-** apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios, 222).

KAGEYAMA, Ângela (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro; do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C & VILA VERDE, C. M. (Orgs). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990, p. 113 a 219.

LINHARES, M. Y.L. e TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, José Alberto Evangelista de. **Município de Goiás:** Uma análise de fragmentação territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2003.

LIMA, Rui Cirne. **Pequena história territorial do Brasil:** sesmarias e terras devolutas. Goiânia: UFG, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”** São Paulo, Hucitec,1986.

MORAES, Maria Augusta de Sant’ Ana; PALACIN, Luiz. **História de Goiás (1722-1972).** 7 ed. Goiânia: UCG/ Vieira, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOYSÉS, Aristides; SILVA, E. R. **Ocupação e urbanização dos cerrados do centro-oeste e a formação de uma rede urbana concentrada e desigual.** In:XII ENCONTRO DA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, Belém, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETO, Tenório de Melo. **A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás/ 1960 a 1980**. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.), Instituto de Estudos Sócio-Ambientais-IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1987.

NUNES, H.P. **A era rodoviária em Goiás**: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961), Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Geografia das lutas no campo**: conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem terra” e o neoliberalismo. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Moacir de Souza. **Assentamento Serra Dourada**: uma análise econômica e social x sustentabilidade- 2008. 66f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Cora Coralina. Goiás- Go, 2008.

PALACIN, Luiz. **Goiás 1722-182**: Estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Oriente, 1976.

PEIXINHO, Dimas Moraes. O Processo de ocupação dos cerrados. In: **Temporis (Ação)**, Revista da Universidade Estadual de Goiás- UEG. v. 1, n. 5/6, p. 201, Goiânia, jan. /dez. /2002.

PIRES, Mauro de Oliveira. **Desenvolvimento e sustentabilidade**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha e Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SANTOS, Maria Deusita dos. **História do assentamento Canudos**: Posselândia-GO (1997-2007). 45f. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Goiânia-GO, 2007.

SANTOS, Rosária dos Reis Francisco dos. **As lutas pela conquista e permanência da terra no Projeto de Assentamento Magali no município de Goiás.** 2008. 48f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Cora Coralina. Goiás- Go,2008.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Raízes do latifúndio em Goiás.** Goiânia: UCG, 2004.

SZMRECSÁNNI, Tomás. **Pequena história da agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevista realizada com os moradores do Assentamento São José do Ferreirinho, com o presidente da associação do assentamento e com o coordenador da CPT da Diocese de Goiás.

Unidade Universitária Cora Coralina- UEG

Pergunta aos assentados:

- 1- Nome do entrevistado
- 2- Quantas pessoas compõem sua família?
- 3- Quais as fontes de renda da propriedade?
- 4- Elas são suficientes para garantir o sustento da família?
- 5- Se não, vocês buscam alguma outra fonte de renda fora da propriedade? Qual?
- 6- Qual a renda mensal?
- 7- Possui algum financiamento? Se sim pra que?
- 8- O governo federal, estadual ou municipal dá alguma assistência aos assentados? Qual?
- 9- Participa de alguma associação, sindicato ou movimento social? Por quê?
- 10- Qual seu grau de escolaridade
- 11- Algum membro da família estuda? Quantos?
- 12- Onde estudam e qual o meio de transporte utilizam para chegar a escola?
- 13- A família é originária do assentamento ou adquiriram parcelas de terceiros?

Pergunta direcionada ao presidente da Associação do Assentamento São José do Ferreirinho, a alguns assentados e ao coordenador da CPT da Diocese de Goiás.

- 1- Como se formou o assentamento São José do Ferreirinho?

ANEXO B – Fotos do momento da realização das entrevistas e de arquivos da CPT.



Ensaio de peça teatral para o grito dos excluídos- 07/2002.



Apresentação de peça teatral- 06/2005.



Placa de implantação do P. A. São José do Ferreirinho.



Confraternização no pré-assentamento-05/2006.



Entrega de pintinhos aos assentados pela CPT-05/2007.



Sede da antiga F. São José do Ferreirinho.



Casa de um de um dos assentados- 09/200



Um dos tanque de resfriamento de leite- 09/2009



Presença de energia elétrica no assentamento.



Plantação de abacaxi-09/2009.



Produção de polvilho-09/2009.



Assentada fazendo queijo-09/2009.



Horta da assentada Vânia Felix Veríssimo-09/2009



Criação de porcos no assentamento-09/2009



Criação de gado no assentamento-09/2009.



Criação de aves no assentamento-09/2009.



Corte de banana realizada na parcela do Sr. Urbano Gonzaga de Castro-09/200



Momento de aplicação de questionários-09/2009.